

DOCUMENTO DE POLÍTICA/Nº 07

Análise Econômico-Financeira dos Bancos Estaduais

José Romeu de Vasconcelos
Roberto Shoji Ogasavara

JANEIRO DE 1992

ipea
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

DOCUMENTO DE POLÍTICA/Nº 07

Análise Econômico-Financeira dos Bancos Estaduais

José Romeu de Vasconcelos
Roberto Shoji Ogasavara

JANEIRO DE 1992

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma Fundação vinculada ao Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento

PRESIDENTE

Roberto Macedo

DIRETOR TÉCNICO

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

DIRETOR TÉCNICO ADJUNTO

Marcos Reginaldo Panariello

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Renato Moreira

COORDENADOR DE DIFUSÃO TÉCNICA E INFORMAÇÕES

Antonio Emilio Sendim Marques

COORDENADOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Adelina Teixeira Baena Paiva

COORDENADOR DE POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA

Luis Fernando Tironi

COORDENADOR DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

Eduardo Felipe Ohana

COORDENADOR DE POLÍTICA SOCIAL

Antonio Carlos da R. Xavier

COORDENADOR REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Varsano

DOCUMENTO DE POLÍTICA tem o objetivo de apresentar
breve discussão sobre determinadas políticas de Governo
propostas ou em vigor.

Tiragem: 150 exemplares

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Brasília:

SGAN Q. 908 - MÓDULO E - Cx. Postal 040013

CEP 70.312

Rio de Janeiro:

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17º andar

CEP 20.020

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

I. PROGRAMAS DE SANEAMENTO E
DE RECUPERAÇÃO

II. PROCESSOS DE INTERVENÇÃO E
LIQUIDAÇÃO

III. IMPACTO EXPANSIONISTA DAS
INSUFICIÊNCIAS DE RESERVAS E
EMPRÉSTIMOS DE LIQUIDEZ

IV. ANÁLISE DAS INSUFICIÊNCIAS DE
RESERVAS E DE EMPRÉSTIMOS
DE LIQUIDEZ

V. ANÁLISE DAS OPERAÇÕES DE
CRÉDITO

VI. ANÁLISE DAS FONTES DE
RECURSOS

VII. QUADRO ATUAL DOS BANCOS
MÚLTIPLOS E COMERCIAIS
ESTADUAIS

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS
BANCOS ESTADUAIS**

José Romeu de Vasconcelos(*)
Roberto Shoji Ogasavara()**

() Técnico do IPEA/MEFP*

*(**) Assessor da SEPE/MEFP*

Introdução

A forma de estruturação dos bancos estaduais, baseada em uma relação de dependência do governo local, faz com que deixem freqüentemente, de lado, a sua função de supridores de linhas de crédito aos setores produtivos, tornando-se partes integrantes do financiamento do déficit público estadual. Além disso, a pressão política exercida por este segmento do sistema bancário sobre o Banco Central, com objetivo de socorro financeiro, tem configurado uma fonte importante de instabilidade monetária.

I. Programas de Saneamento e de Recuperação

Em decorrência direta da utilização política dos bancos comerciais estaduais nas eleições de 1982, a situação financeira dessas instituições tornou-se particularmente crítica a partir de 1983, motivando a necessidade de atuação pelo Banco Central, inicialmente, através de formulação de diversos programas de saneamento e de recuperação. Posteriormente, em função do aprofundamento da deterioração financeira dessas instituições, tornou-se imprescindível a recorrência a instrumentos mais rigorosos, como intervenção, regime de administração especial temporária e liquidação extrajudicial.

Nessa época, dois programas foram elaborados visando à recuperação desses bancos. O Programa de Apoio Creditício (PAC), conforme o Voto CMN 233/83, de 20.07.83, compreendeu a consolidação dos débitos dos bancos junto às autoridades monetárias (saques a descoberto no BB e empréstimos de liquidez no Bacen) e a rolagem, pelos bancos comerciais, à taxa favorecida, com utilização de recursos do compulsório, garantidos pelo Banco Central. Os seguintes sete bancos estaduais se beneficiaram com o Programa, a saber: Banco do Estado de Alagoas, Ceará, Amazonas, Santa Catarina, Goiás, Rio de Janeiro e Pará.

Como a situação de iliquidez persistiu, basicamente como resultado da situação econômica dos estados controladores, o Governo decidiu alterar o PAC, instituindo o Programa de Recuperação Econômico-Financeira (PROREF), com os seguintes principais objetivos: (1) redução do quadro de pessoal; (2) fechamento de agências, segundo critérios de eficiência; (3) recapitalização dos bancos pelo Governo do estado; (4) reorganização administrativa para reduzir custos operacionais; (5) adoção de procedimentos para recuperar créditos e empréstimos em liquidação.

De acordo com o Voto CMN 446/84, de 04.04.84, o PROREF consistiu em: (1) empréstimo de consolidação equivalente ao valor dos custos, penas e multas cobradas pelo Bacen, em face das deficiências apresentadas nas contas "reservas bancárias"; (2) empréstimo de consolidação referente à diferença entre o montante dos débitos de cada instituição e as respectivas penalidades por ela incorrida. A instituição que cumprisse em cada semestre as metas estabelecidas em carta-compromisso ficaria isenta do pagamento dos encargos financeiros pertinentes ao respectivo semestre. Ademais, se, ao final do contrato, a instituição tivesse atingido, no conjunto dos semestres, as metas fixadas pelo Banco Central, faria jus ao perdão da sua dívida.

Posteriormente, o Voto CMN 348/84, de 16.10.84, permitiu a inclusão no PROREF da possibilidade de perdão dos custos dos "empréstimos de liquidez". Foram beneficiados os Bancos dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pará, Amazonas, Goiás, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Bahia e Mato Grosso.

Dos bancos incluídos no PROREF, alguns eram considerados recuperáveis, enquanto outros necessitavam de capitalização pelos controladores. Para atender a este último caso, o Voto CMN 154/85, de 10.04.85, instituiu o empréstimo-ponte, com a finalidade de dar tempo para que os respectivos Governos Estaduais fizessem a captação de recursos externos ou

Introdução

A forma de estruturação dos bancos estaduais, baseada em uma relação de dependência do governo local, faz com que deixem freqüentemente, de lado, a sua função de supridores de linhas de crédito aos setores produtivos, tornando-se partes integrantes do financiamento do déficit público estadual. Além disso, a pressão política exercida por este segmento do sistema bancário sobre o Banco Central, com objetivo de socorro financeiro, tem configurado uma fonte importante de instabilidade monetária.

I. Programas de Saneamento e de Recuperação

Em decorrência direta da utilização política dos bancos comerciais estaduais nas eleições de 1982, a situação financeira dessas instituições tornou-se particularmente crítica a partir de 1983, motivando a necessidade de atuação pelo Banco Central, inicialmente, através de formulação de diversos programas de saneamento e de recuperação. Posteriormente, em função do aprofundamento da deterioração financeira dessas instituições, tornou-se imprescindível a recorrência a instrumentos mais rigorosos, como intervenção, regime de administração especial temporária e liquidação extrajudicial.

Nessa época, dois programas foram elaborados visando à recuperação desses bancos. O Programa de Apoio Creditício (PAC), conforme o Voto CMN 233/83, de 20.07.83, compreendeu a consolidação dos débitos dos bancos junto às autoridades monetárias (saques a descoberto no BB e empréstimos de liquidez no Bacen) e a rolagem, pelos bancos comerciais, à taxa favorecida, com utilização de recursos do compulsório, garantidos pelo Banco Central. Os seguintes sete bancos estaduais se beneficiaram com o Programa, a saber: Banco do Estado de Alagoas, Ceará, Amazonas, Santa Catarina, Goiás, Rio de Janeiro e Pará.

Como a situação de iliquidez persistiu, basicamente como resultado da situação econômica dos estados controladores, o Governo decidiu alterar o PAC, instituindo o Programa de Recuperação Econômico-Financeira (PROREF), com os seguintes principais objetivos: (1) redução do quadro de pessoal; (2) fechamento de agências, segundo critérios de eficiência; (3) recapitalização dos bancos pelo Governo do estado; (4) reorganização administrativa para reduzir custos operacionais; (5) adoção de procedimentos para recuperar créditos e empréstimos em liquidação.

De acordo com o Voto CMN 446/84, de 04.04.84, o PROREF consistiu em: (1) empréstimo de consolidação equivalente ao valor dos custos, penas e multas cobradas pelo Bacen, em face das deficiências apresentadas nas contas "reservas bancárias"; (2) empréstimo de consolidação referente à diferença entre o montante dos débitos de cada instituição e as respectivas penalidades por ela incorrida. A instituição que cumprisse em cada semestre as metas estabelecidas em carta-compromisso ficaria isenta do pagamento dos encargos financeiros pertinentes ao respectivo semestre. Ademais, se, ao final do contrato, a instituição tivesse atingido, no conjunto dos semestres, as metas fixadas pelo Banco Central, faria jus ao perdão da sua dívida.

Posteriormente, o Voto CMN 348/84, de 16.10.84, permitiu a inclusão no PROREF da possibilidade de perdão dos custos dos "empréstimos de liquidez". Foram beneficiados os Bancos dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pará, Amazonas, Goiás, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Bahia e Mato Grosso.

Dos bancos incluídos no PROREF, alguns eram considerados recuperáveis, enquanto outros necessitavam de capitalização pelos controladores. Para atender a este último caso, o Voto CMN 154/85, de 10.04.85, instituiu o empréstimo-ponte, com a finalidade de dar tempo para que os respectivos Governos Estaduais fizessem a captação de recursos externos ou

internos necessários à cobertura de seu endividamento junto ao banco respectivo e/ou à sua capitalização. Em seguida, o Voto CMN 232/86, de 04.09.86, tentou aprimorar os mecanismos de penalização dos bancos estaduais que descumprissem as metas pactuadas no PAC e no PROREF.

Entretanto, entre os bancos enquadrados nesses dois programas ao longo de 1985/86, poucos melhoraram substancialmente, enquanto a maioria não apresentou sinais de recuperação. Nesse período, os bancos estaduais freqüentemente apresentavam reservas bancárias descobertas, cuja situação se agravava com a aplicação de multas e penalidades pertinentes. Os saques a descoberto, de uma certa maneira, eram considerados como prática comum dos estados em resposta à centralização fiscal e tributária do Governo Federal.

II. Processos de Intervenção e Liquidação

Em 25 de fevereiro de 1987, de acordo com o Decreto Lei nº 2321, o Banco Central assumiu a administração especial temporária de cinco bancos comerciais estaduais. Estes bancos foram os dos Estados do Rio de Janeiro, Ceará, Santa Catarina, Mato Grosso e Maranhão. Posteriormente, foram acrescentados o Banco do Estado da Bahia, o Credireal de Minas Gerais, a Caixa Econômica Estadual de Minas Gerais, o Banco do Estado do Pará e o Banco do Estado do Acre. O volume de recursos aplicados nessas instituições, que passaram pelo regime de administração especial temporária, atingiu a cifra de Cr\$ 781 bilhões, atualizados para 30.06.91. As dívidas dos bancos foram assumidas pelos respectivos governos, não permanecendo dívidas das instituições bancárias para com o Bacen. O Banco do Estado do Rio de Janeiro foi responsável por mais da metade desta dívida, ou seja Cr\$ 422 bilhões. Seguem-se, pela ordem, os seguintes bancos com as respectivas dívidas assumidas pelo governo local, em Cr\$ bilhões: Ceará (69,5), Besc (64,7), Banpará (50,1), Credireal (43,7), Minascaixa (41,8), Maranhão (31,7), Bahia (30,3), Mato Grosso (24,3) e Acre (3,5).

Em novembro de 1988, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN), cujo processo foi transformado em regime especial de administração temporária em setembro de 1989, permanecendo nesta condição até setembro de 1991, quando foi suspensa. O Produban voltou ao controle do governo de Alagoas que assumiu a dívida do banco junto ao Bacen, no montante de Cr\$ 11,7 bilhões. O prazo de pagamento da dívida é de dez anos, com custo de 6% ao ano, mais taxa referencial. Para assumir a dívida e reabrir o banco, o Governo de Alagoas usou, como garantia, seus três mil imóveis, além da receita de arrecadação.

Em setembro de 1990, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial dos Bancos dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, e Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego), cujos processos continuam até hoje. Posteriormente, em março de 1991, foi decidida, também, a liquidação da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (Minascaixa). Essas instituições sob regime de liquidação extrajudicial já demandaram recursos junto ao Banco Central no montante Cr\$ 163,2 bilhões, atualizados para 30.06.91, os quais foram destinados a garantir os depósitos à vista e de poupança, até certo limite, sendo a cifra mais expressiva a da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, que atingiu a Cr\$ 133 bilhões. Para as demais instituições, os recursos injetados alcançavam em junho/91, os seguintes valores, em Cr\$ bilhões: Caixego (15,6), Piauí (6,9), Paraíba (4,8) e Bandern (2,9). De acordo com a Lei nº 8388, que trata da rolagem da dívida dos estados, está contemplada a suspensão da liquidação extrajudicial dos três bancos estaduais, no bojo de uma ampla renegociação das dívidas dos governos estaduais com a União.

Em abril de 1991, o Banco Central foi autorizado pela Resolução nº 1813, a emitir LBC e vendê-las às instituições financeiras estaduais, tendo como garantia as LFTE em carteira destas instituições.

A medida consistiu na substituição temporária de títulos estaduais, que vinham sendo financiados no mercado pelas respectivas instituições financeiras oficiais, com grandes dificuldades, isto é, a taxas bem superiores àquelas observadas para os títulos federais, por papéis de emissão do Banco Central. Sete instituições financeiras estaduais participaram dessa troca de títulos com o Banco Central, com o seguinte saldo de LBC, em Cr\$ bilhões, em posição de 21.10.91:

- Banespa (SP)	141,4
- Banerj (RJ)	69,8
- Benrisul (RS)	69,6
- Credireal (MG)	56,6
- Banco do Estado da Bahia (BA)	28,5
- Besc (SC)	17,2
- Bemge (MG)	7,9
Total	Cr\$ 391,0 Bilhões

Em outubro de 1991, o Banco Central decretou intervenção na administração do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), constituindo uma diretoria composta por representantes da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Central.

A crise do Bandepe, que no primeiro semestre de 1991, fechou com um prejuízo expressivo, estava levando o banco para uma liquidação ou para uma dolorosa política de saneamento.

As dívidas dos usineiros e do setor hoteleiro, em atraso no Bandepe, eram as mais significativas. O Bandepe tem recorrido, diariamente, a um empréstimo de Cr\$ 24 bilhões, de outubro de 1991, colocado em disponibilidade pelo Banco Central para fechamento de caixa. A Caixa Econômica Federal, por sua vez, assumiu a transferência de uma dívida de Cr\$ 35 bilhões, de outubro de 1991, da Companhia de Saneamento do Estado e outra de Cr\$ 14 bilhões da Cohab, das quais o banco do estado era agente financeiro. A Cef também se dispõe a receber em cédulas hipotecárias, no valor de até Cr\$ 38 bilhões (mês de outubro), pagamentos das dívidas do Governo de Pernambuco junto à instituição.

Atualmente, o sistema de bancos estaduais é constituído de 29 instituições, sendo 16 bancos comerciais, 10 bancos múltiplos e 3 caixas econômicas. Desse total, três bancos e duas caixas estão em processo de liquidação extrajudicial.

III. Impacto Expansionista das Insuficiências de Reservas e Empréstimos de Liquidez

Finalmente, vale ressaltar o impacto expansionista que as operações de empréstimos de liquidez e insuficiência de reservas exerceram sobre a expansão monetária nos últimos anos, decorrente, principalmente, do descontrole das instituições financeiras estaduais.

De acordo com os dados da tabela abaixo, pode-se observar que as operações de empréstimos de liquidez e insuficiência de reservas dos bancos estaduais, representavam 89% e 12,5% da variação da base monetária, respectivamente, no terceiro e quarto trimestres de 1990. O impacto expansionista mais expressivo ocorreu no primeiro trimestre de 1991, quando atingiu 111% da variação da base, como resultado da dificuldade de

financiamento no mercado de títulos estaduais e municipais. Esse percentual se reduz para 6,2% no segundo semestre, em decorrência da Resolução nº 1813, do Bacen, que possibilitou às instituições financeiras oficiais substituírem, temporariamente, a carteira de títulos estaduais por LBC, o que favoreceu o seu financiamento no mercado.

QUADRO I INSUFICIÊNCIA DE RESERVA E OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE LIQUIDEZ

PERIODO	Fluxos Trimestrais		TOTAL (1+2)	Em Cr\$ Milhoes de JUNHO/91	
	INSUFICIENCIA DE RESERVA(1)	OPERACOES DE EMPRESTIMOS DE LIQUIDEZ(2)		VARIACAO DA BASE	OTAU/BASE (%)
1988 - I	151,10	468,29	619,39	670.903,14	0,09
1989 - II	9.142,33	17.811,55	26.953,87	831.736,23	3,24
III	10.351,16	22.171,87	32.523,03	1.300.324,73	2,50
1990 - III	16.880,95	168.579,73	185.460,68	208.309,18	89,03
IV	72.062,87	105.213,64	177.276,51	1.420.985,78	12,48
1991 - I	NA	488.496,68	488.496,68	439.935,21	111,04
II (*)	NA	15.331,28	15.331,28	248.166,46	6,18

FONTE: BACEN.

NOTA: (*) - Dados do bimestre abril/maio.

IV. Análise das Insuficiências de Reservas e de Empréstimos de Liquidez

IV.1. Insuficiência de Reservas Bancárias

Examinando-se a composição dos empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais estaduais nos últimos anos, identifica-se que os principais componentes dessas aplicações não resultaram de empréstimo direto, mas da manutenção de níveis de reserva bancária, abaixo das exigidas legalmente.

Os bancos estaduais que tiveram decretadas as suas liquidações pelo Banco Central, a partir de 1988, atuaram com insuficiência de reserva, no período que antecedeu o ato de liquidação.

Dessa forma, o Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN) operou em novembro/88, véspera da liquidação, com insuficiência da reserva, no montante de Cr\$ 1,8 bilhão, a preços de junho/91. A reserva permaneceu a descoberto junto ao Banco Central até fevereiro de 1989, quando a liquidação foi transformada em regime especial de administração temporária.

No caso dos bancos dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e da Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego), que tiveram suas liquidações decretadas em setembro/90, os montantes de reservas negativas eram de, respectivamente, Cr\$ 14,7 bilhões, Cr\$ 0,7 bilhão, Cr\$ 3,1 bilhões e Cr\$ 8,3 bilhões, valores a preços de junho/91. O

Banco do Estado do Piauí já vinha operando com insuficiência de reserva bancária desde novembro/88. A Caixa Econômica de Minas Gerais ao ser liquidada em março de 1991, apresentava reserva negativa de Cr\$ 52 bilhões (em média), a preços de 1991.

Com relação aos bancos estaduais que estão funcionando normalmente, alguns registraram problemas logo após a decretação do plano de estabilização da economia, em março/90. Problema semelhante voltaria a ocorrer na véspera das eleições estaduais de 1990, particularmente com o Banco do Estado do Rio de Janeiro, que registrou insuficiência de reserva no montante de Cr\$ 11,9 bilhões (média mensal) no período de dezembro/90 a março/91, a preços de junho/91. O Banco do Estado do Paraná, no decorrer dos meses de novembro/90 a janeiro/91, apresentou reserva negativa, que chegou à cifra de Cr\$ 17,2 bilhões (média mensal no período), tendo se reenquadrado a partir de então. O Banco do Estado da Bahia esteve descoberto na reserva bancária, junto ao Banco Central, no período de abril/90 a maio/91, tendo atingido o pico de insuficiência da reserva em março/91, no valor de Cr\$ 15,4 bilhões, a preços de junho/91. A nossa Caixa - nosso Banco, de São Paulo-apresentou insuficiência de Cr\$ 82 bilhões (média mensal) no período de setembro a novembro de 1990. Outros bancos apresentavam insuficiência de reservas nos seguintes períodos, com respectivos valores médios, em Cr\$ bilhões, a preços de junho/91:

- Banco do Estado de Goiás: abr/90 (13,8);
- Caixa Econômica do RS: mai/90 a ago/90 (6,3);
- Credireal (MG): mar/90 a jun/90 (2,6);
- Rondônia: dez/90 a mar/91 (1,3);
- Banco do Estado do Pará: abr/90 a jul/90 (1,2).

Um banco estadual de pequeno porte tem apresentado uma situação ímpar, uma vez que vem operando com insuficiência de reserva bancária, em valor médio de Cr\$ 526 milhões, de setembro/90 até fim de julho/91 (último dado pesquisado), não se sabendo a razão de o Banco Central estar permitindo a continuidade de tal situação.

IV.2. Recorrência aos Empréstimos de Liquidez

Durante o período 1988/91, vários bancos estaduais fizeram uso sistemático dos empréstimos de liquidez junto ao Banco Central, para realizarem suas operações ativas. Dentre eles, cabe destacar os seguintes:

- Banco de Crédito Real de Minas Gerais (CREDIREAL), que fez uso contínuo dessa linha de financiamento de dezembro de 1988 a agosto de 1989, tendo atingido uma média mensal de Cr\$ 7,2 bilhões, a preços de junho/91;
- Banco do Estado do Rio de Janeiro, que utilizou intensamente essa fonte de recursos no decorrer do período setembro, novembro/dezembro de 1990 e de janeiro a março de 1991, sendo o fluxo médio mensal de Cr\$ 24,2 bilhões e Cr\$ 33,1 bilhões, respectivamente, a preços de junho/91;
- Nossa Caixa - nosso Banco, do Estado de São Paulo, por sua vez, registrou um fluxo médio mensal de Cr\$ 178,5 bilhões (a preços de junho/91) nos meses de fevereiro/março de 1991, tendo se utilizado desse tipo de empréstimo também nos meses de julho/90 e janeiro e abril de 1991;
- Banco do Estado de Pernambuco esteve durante um longo período se financiando junto ao Bacen, ou seja, no decorrer de outubro/90 a abril/91, tendo o fluxo mensal atingido o pico de Cr\$ 7,4 bilhões em abril/91, a preços de jun/91;

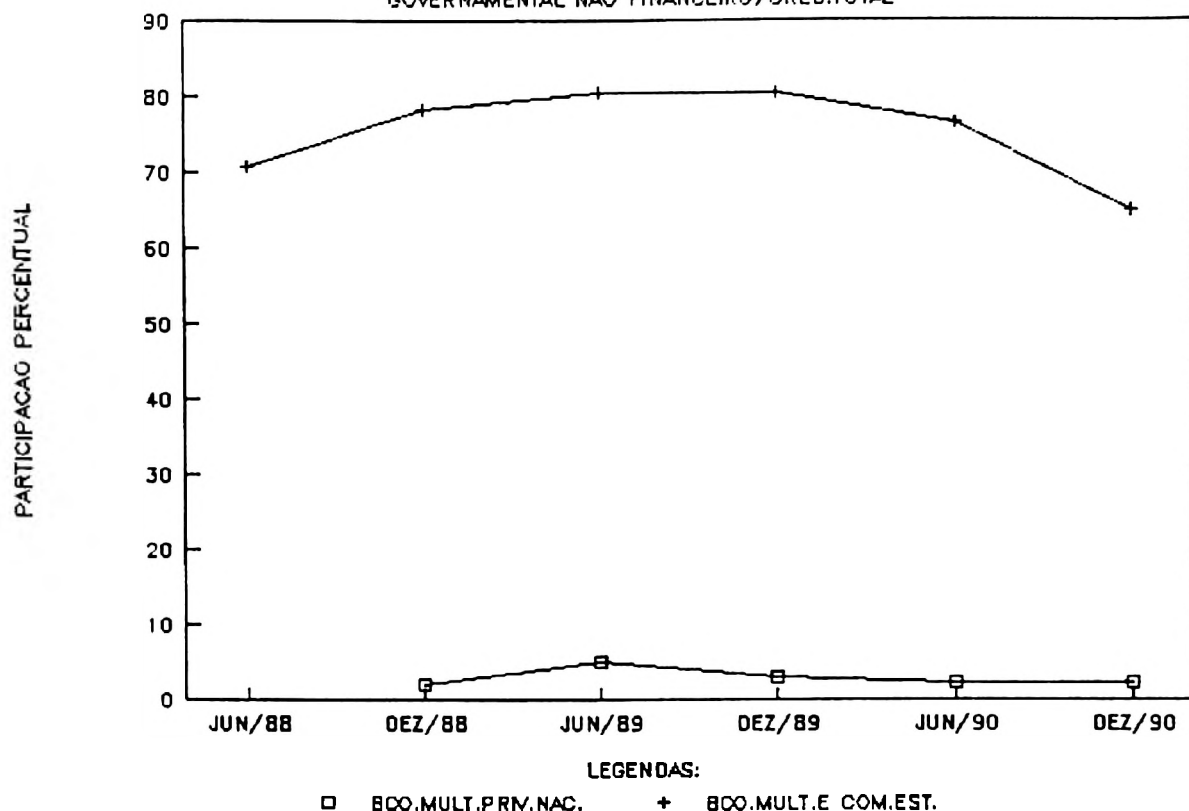
- Caixa Econômica de Minas Gerais, em processo de liquidação extrajudicial desde março de 1991, permaneceu devedora junto ao Bacen de julho a dezembro de 1990, registrando um fluxo médio mensal de Cr\$ 17,4 bilhões, no período, a preços de julho/91.

V. Análise das Operações de Crédito

Durante o período de junho/88 a dezembro/90, 63% a 81% do total das operações de crédito dos bancos múltiplos e comerciais estaduais foi aplicado junto ao setor público não financeiro, comportamento completamente diferente dos bancos múltiplos privados, que aplicaram, no mesmo período, 2% a 5% no setor governo (federal, estadual e municipal), denotando uma diferença importante entre os bancos dos setores privado e público. Do total do crédito aplicado pelos bancos múltiplos e comerciais estaduais junto ao setor público, entre 82% e 89% foi destinado aos próprios governos estaduais, conforme gráficos e quadros II e III.

O gráfico I apresenta o crédito para o setor governamental não financeiro como percentagem das operações de crédito.

GRÁFICO I
OPERACOES DE CREDITO JUNTO AO SETOR
GOVERNAMENTAL NAO FINANCEIRO/CRED.TOTAL



QUADRO II
BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

MES	AO SETOR PRIVADO NAO FINANCEIRO		AO SETOR GOVERNO NAO FINANCEIRO		CREDITOS EM ATRASO		CREDITOS EM LIQUIDACAO	
	Cr\$ MILHOES	% TOTAL	Cr\$ MILHOES	% TOTAL	Cr\$ MILHOES	% TOTAL	Cr\$ MILHOES	% TOTAL
JUN/88	472	19,5	1.717	70,8	141	5,8	66	2,7
DEZ/88	1.540	17,9	6.723	78,1	178	2,1	155	1,8
JUN/89	3.032	15,2	18.053	80,4	654	3,3	217	1,1
DEZ/89	17.918	14,8	98.755	80,5	2.715	2,2	3.252	2,8
JUN/90	334.885	29	730.658	63,2	51.451	4,4	38.533	3,5
DEZ/90	720.157	27,6	1.679.230	64,4	40.002	1,5	168.890	6,5

FONTE: BACEN.

Obs.: Os Bancos Múltiplos iniciaram suas operações em 1989.

QUADRO III
BANCOS MÚLTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MES	AO SETOR PRIVADO NAO FINANCEIRO		AO SETOR GOVERNO NAO FINANCEIRO		CREDITOS EM ATRASSO		CREDITOS EM LIQUIDACAO		Saldos	
	Cr\$ MILHOES	% TOTAL	Cr\$ MILHOES	% TOTAL	Cr\$ MILHOES	% TOTAL	Cr\$ MILHOES	% TOTAL		
	DEZ/88	4.955,2	93,6	106,1	2,0	0,6	-	187,5	3,5	
JUN/89	18.480,9	91,7	1.021,7	5,1	46,4	-	483,8	2,4		
DEZ/89	192.740,1	92,7	6.259,6	3,0	1.036,4	-	4.600,5	2,2		
JUN/90	1.378.466,3	93,5	32.753,3	2,2	17.530,7	1,2	45.777,5	3,1		
DEZ/90	3.229.035,9	90,7	78.267,6	2,2	38.203,6	1,1	193.421,4	5,4		

FONTE: BACEN.

No decorrer do período em análise, os bancos estaduais aumentaram o crédito para financiar o déficit dos respectivos orçamentos estaduais. Dessa forma, os empréstimos dos bancos múltiplos e comerciais estaduais, como percentagem do crédito total para o setor público estadual, são consistentemente crescentes. Assim, o crédito aos tesouros estaduais passa de 50% do total em junho/88, para 60% em dezembro/90. Isso demonstra que os bancos estaduais têm sido usados, largamente, para financiar a administração geral de seus respectivos estados.

O desequilíbrio financeiro dos bancos estaduais decorre, basicamente, do excesso de concentração de suas aplicações em empréstimos junto ao setor público, na sua maior parte, no próprio governo do estado. Isso configura não somente desvio do objetivo original de estimular o setor produtivo, mas também contribui para a sua deterioração financeira, à medida que o índice de inadimplência dos devedores do setor público é elevado. Como agravante, os empréstimos ao próprio controlador transgridem, frontalmente, o artigo 34, da Lei 4595/64, cuja determinação é referendada pelos projetos em estudo, para a regulamentação do novo Sistema Financeiro Nacional, nos termos do artigo 192, da Constituição. Comportamentos díspares se verificam em relação à participação de créditos em atraso e em liquidação dos bancos estaduais e particulares. No período de junho/88 a dez/90, a relação créditos em atraso e em liquidação sobre o crédito total dos bancos estaduais situa-se em 8,5% em junho/88, passa por 4% em dez/88 e volta a 8% em dez/90. No mesmo período, os bancos múltiplos privados nacionais apresentaram o seguinte comportamento em termos da inadimplência: 3,5% em junho/88, que passa para 2,2% em dez/81 e atinge o pico em dez/90, 6,5%, percentuais inferiores aos dos bancos estaduais nas mesmas datas.

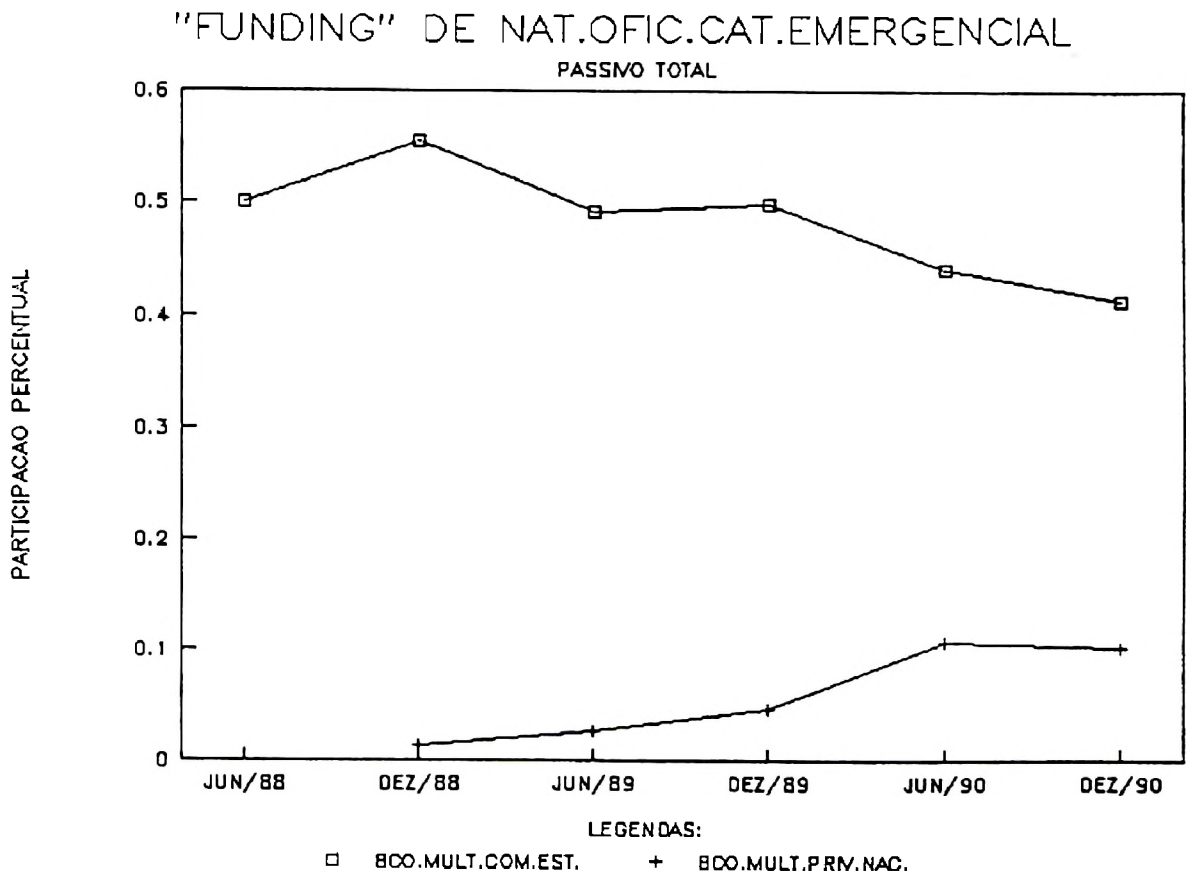
VI. Análise das Fontes de Recursos

A principal fonte de recursos dos bancos múltiplos e comerciais estaduais provem de empréstimos e repasses oficiais (Bacen, Cef, Bndes e Finame), correspondendo a 38% (em média) do passivo do sistema no período junho/88 a dez/90, tendo registrado uma queda de participação a partir de junho de 1990, em decorrência de uma redução dos repasses da Cef. Considerando o *funding* de natureza oficial/cativa/emergencial, a participação no

passivo dos bancos chega a atingir 56% em dez/88, tendo caído para 41% ao final de 1990, conforme gráfico e quadros a seguir.

GRÁFICO II

FUNDING DE NATUREZA OFICIAL/CATIVA/EMERGENCIAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PASSIVO DOS BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS E PRIVADOS NACIONAIS



QUADRO IV

FUNDING DE NATUREZA OFICIAL/CATIVA/EMERGENCIAL DOS BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

DISCRIMINACAO	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS A VISTA DE GOVERNOS	3,44%	3,79%	2,87%	3,46%	3,68%	3,67%
OBRIG.COMPRMIS.C/TIT.ESTAD.MUN.	1,28%	1,84%	2,06%	4,58%	2,16%	2,27%
EMPREST. E REPASSES OFICIAIS	42,17%	45,63%	42,03%	39,56%	29,44%	29,50%
BACEN-ASSISTENCIA FINANCEIRA	1,49%	1,79%	0,52%	0,50%	0,97%	2,17%
INSUFICIENCIA VOB	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,82%	2,04%
SALDO CREDOR EM RES.COMPULS.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,37%	0,00%
DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	1,65%	2,54%	1,80%	1,84%	0,58%	1,53%
Subtotal	50,03%	55,58%	49,27%	49,94%	44,03%	41,28%
TOTAL DO PASSIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: BACEN

QUADRO V

FUNDING DE NATUREZA OFICIAL/CATIVA/EMERGENCIAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PASSIVO DOS BANCOS MÚLTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

DISCRIMINACAO	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS A VISTA DE GOVERNOS	0,05%	0,05%	0,06%	0,13%	0,10%
OBRIG. COMPROMIS. C/ TIT. ESTAD. MUN.	0,00%	0,96%	1,01%	0,57%	0,80%
EMPREST. E REPASSES OFICIAIS	1,05%	1,08%	1,07%	2,93%	2,73%
BACEN-ASSISTENCIA FINANCEIRA	0,03%	0,01%	0,03%	0,80%	0,24%
INSUFICIENCIA VOB	0,00%	0,00%	0,00%	3,08%	2,77%
SALDO CREDOR EM RES. COMPULS.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	0,20%	0,53%	2,49%	3,21%	3,57%
Subtotal	1,33%	2,63%	4,66%	10,72%	10,19%
TOTAL DO PASSIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: BACEN

- penalização pela utilização constante da assistência financeira de liquidez do Bacen e/ou insuficiência na reserva bancária (Res. 1.786, de 01.02.91);

- eliminação do regime especial de administração temporária do banco, acarretando a decretação, pelo Bacen, da liquidação extrajudicial, quando o banco estiver em situação crítica.

Pode-se afirmar que o quadro atual dos bancos estaduais é relativamente mais tranqüilo se comparado à situação registrada na década de 80.

Entretanto, os bancos estaduais ainda apresentam problemas, tais como, elevada despesa com pessoal e número excessivo de agências, conforme quadros VII e VIII. Objetivando eliminar esses problemas, recomenda-se: (1) reduzir o quadro de pessoal; (2) fechar agências, segundo o critério de eficiência; (3) recapitalização dos bancos pelo governo do estado; (4) reorganização administrativa para reduzir custos operacionais; (5) adotar procedimentos para recuperar créditos em liquidação; (6) implantação de comitês de crédito com poder de veto e a inclusão, nos estatutos dos bancos, de uma norma que proíba as instituições de emprestarem aos governos estaduais. Ademais, dever-se-ia atentar para as propostas de reforma das instituições financeiras estaduais, apresentadas em alguns trabalhos já desenvolvidos sobre o tema. O ponto central dessas propostas é tornar os bancos estaduais completamente independentes dos seus respectivos controladores, de modo que atuem como instituições de crédito, voltadas, efetivamente, para o financiamento da economia local, de acordo com as práticas bancárias seguras e rentáveis. Assim, não haveria sentido na idéia falaciosa do "Banco Social", equivocadamente defendida por alguns. Na hipótese de impossibilidade de eliminação das interferências ao banco, poderiam ser estudadas, caso a caso, propostas de privatização, transformação em agências ou em instituições não lucrativas ou a liquidação, na situação de total inviabilidade.

QUADRO VI

SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO RELAÇÃO DESPESAS COM PESSOAL/DESPESAS TOTAIS

PERÍODO	BCOS. MÚLTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS	BCOS. MÚLTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS
JUN/88	6,7%	-
DEZ/88	8,6%	5,1%
JUN/89	8,5%	3,2%
DEZ/89	8,5%	2,9%
JUN/90	11,0%	7,4%
DEZ/90	14,3%	7,4%

FONTE: BACEN

Os bancos múltiplos privados nacionais apresentam um quadro completamente diferente dos bancos estaduais, pois, o *funding* de natureza oficial/cativa/emergencial representa parcela insignificante do passivo destas instituições, de 6%, em média, no período.

Os repasses das agências oficiais de crédito (Cef, Bndes e Finame) destinam-se, preferencialmente, à realização de obras pelo governo local, sendo uma das razões para a concentração excessiva de crédito junto ao setor público estadual.

Os depósitos à vista e a prazo representam a segunda fonte de recursos dos bancos estaduais, correspondendo, em média, a 16% do passivo no período estudado. Os depósitos à vista do Governo corresponderam à parcela expressiva do passivo dos bancos estaduais, na proporção de 3,5%, em média, entre jun/88 a dez/90, enquanto, nos bancos privados, essa rubrica representa somente 0,1% no mesmo período.

Os bancos estaduais recorrem mais intensamente à assistência financeira de Bacen, na proporção média de 1,24% do passivo, entre jun/88 e dez/90, contra 0,22% do passivo dos bancos privados.

As obrigações compromissadas com títulos estaduais e municipais representavam 2,36% em média, do passivo dos bancos estaduais, contra 0,67% do passivo dos bancos privados. A manutenção da carteira de títulos estaduais e municipais, que configura financiamento indireto a governos emissores desses papéis, é significativamente mais importante para os bancos estaduais, em comparação aos bancos privados. Como proporção do total do disponível, de títulos e valores mobiliários (TVM) e aplicações interfinanceiros de liquidez, a carteira de títulos estaduais e municipais situou-se na média 27,0% entre jun/88 e dez/90, para os bancos estaduais, contra 3,7% para os bancos privados.

Outro item discrepante são as despesas de captação. A fim de compensar o investidor pelo risco elevado, associado aos certificados de depósitos desses bancos, a remuneração deste ativo é elevadíssima em relação às praticadas pelos bancos privados, a fim de torná-los atrativos no mercado. Existem exceções, tais como, os bancos do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Uma das fontes de dificuldades dos bancos estaduais é a uma estrutura administrativa mais onerosa, consubstanciada pela despesa de pessoal, que representou, em média, 8,5% do total de despesas, entre jun/88 e dez/90, contra 4,3% dos bancos privados.

VII. Quadro Atual dos Bancos Múltiplos e Comerciais Estaduais

O desenvolvimento dos processos de controle e saneamento, ocorridos a partir da segunda metade dos anos 80, de alguma maneira implicou ganhos para a saúde financeira dos bancos estaduais que não foram enquadrados em processos de intervenção e liquidação. Por exemplo, a Resolução nº 1718, de 29.05.90, contingenciou as operações do sistema financeiro junto ao setor público, ao saldo corrigido de 31.12.89, bem como exigiu a amortização, de pelo menos, 20% do principal, em caso da rolagem da dívida. Além do mais, as medidas econômicas introduzidas pelo Plano de Estabilização do atual Governo (Plano Brasil Novo), bem como as medidas complementares que dela decorreram, criaram um arcabouço normativo, no sentido de coibir a utilização excessiva dos bancos estaduais pelo governo local. Dentre as medidas, cabe destacar:

- programa de recuperação financeira, determinando o aporte de recursos dos sócios majoritários, em contrapartida à assistência financeira do Banco Central (Res. nº 1.735, de 31.07.90);

- normatização de transferência para créditos em liquidação, pelos bancos, dos débitos de empresas do setor público, estabelecendo regras para o reconhecimento de perdas, antes inexistentes (Res. nº 1.748, de 30.08.90);

QUADRO VII

SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO
RELAÇÃO DESPESAS COM PESSOAL/OPERAÇÕES DE CRÉDITO

PERÍODO	BCOS. MÚLTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS	BCOS. MÚLTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS
JUN/88	5,3%	-
DEZ/88	7,9%	7,7%
JUN/89	6,3%	5,9%
DEZ/89	9,9%	7,2%
JUN/90	5,6%	4,9%
DEZ/90	11,1%	7,3%

FONTE: BACEN

BIBLIOGRAFIA

BANCO MUNDIAL. "The Dilema of Brazil's State Banking System: An Analysis and suggestions for Reform" - Report nº 8247-BR, "Green cover, de 27.02.90.

SILVA, Luis Afonso. Análise de Desempenho do Sistema Bancário, São Paulo, FUNDAP, Out/1989.

ANEXOS

ANEXO I

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

ATIVO

Saldo em Cr\$ milhoes

DISCRIMINACAO	Saldo em Cr\$ milhoes				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DISPONIBILIDADES	81,50	258,20	4.042,50	27.532,20	45.013,00
Reservas livres	0,00	6,30	1.003,70	8.778,70	485,90
Demais	81,50	251,90	3.038,80	18.753,50	44.527,10
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	5.745,40	26.317,00	211.534,40	781.842,40	786.914,90
Livres	2.645,50	5.937,40	32.578,00	254.251,90	260.111,10
Tit. Estad. Munic.	0,00	0,20	20,30	1.150,40	2.410,30
Demais	2.645,50	5.937,20	32.557,70	253.101,50	257.700,80
Vincul. a Oper. Compromis.	3.083,50	20.240,40	178.427,60	489.233,40	513.391,10
Tit. Estad. Munic.	0,00	0,00	106,10	437,20	2.043,40
Demais	3.083,50	20.240,40	178.321,50	488.796,20	511.347,70
Vincul. ao Bacen	16,40	139,20	528,80	18.357,10	13.412,70
Res. Compuls. em Titulos	16,40	136,10	502,00	13,80	9,10
Tit. Vincul. a Assum. Fin.	0,00	0,00	0,00	18.258,80	12.261,30
Demais	0,00	3,10	26,80	84,50	1.142,30
APLICACAO INTERFIN. LIQUIDEZ	2.556,50	12.224,20	304.561,70	340.997,10	1.014.246,10
Aplic. Op. Compromis.	1.570,50	11.107,20	281.168,30	190.930,70	584.752,90
Tit. Estad. Munic.	0,00	2.275,90	18.640,00	25.163,50	121.630,60
Demais	1.570,50	8.831,30	262.528,30	165.767,20	463.122,30
Aplic. em Dep. Interfin.	986,00	1.070,40	23.359,40	132.254,60	429.470,70
Aplic. Volunt. no Bacen	0,00	46,60	34,00	17.811,80	22,50
RELACOES INTERFINANCEIRAS	1.841,70	13.613,50	66.484,30	1.585.284,40	3.020.072,10
Clientes Dep. a Efetuar (VOB)	0,00	0,00	0,00	139.583,20	252.057,40
Out. Inst. Dep. a Efetuar (VOB)	0,00	0,00	0,00	2.106,30	4,90
Res. Compuls. em Especie	758,70	2.816,00	22.810,10	203.299,40	282.097,80
Demais	1.083,00	10.797,50	43.674,20	1.240.295,50	2.485.912,00
RELACOES INTERDEPENDENCIAS	128,50	569,00	4.090,40	33.478,60	69.553,30
OPERACOES DE CREDITO	4.995,90	19.692,60	209.401,90	1.415.416,30	3.251.430,70
Emprestimos e Tit. Descontados	1.272,40	4.317,60	65.267,90	419.625,60	1.146.181,50
Financiamentos	314,10	858,30	11.487,90	74.847,10	164.236,90
Fin. Rurais e Agroind.	313,90	1.610,70	9.486,40	113.258,80	202.090,00
Fin. Imobiliarios	1.878,60	7.829,70	64.031,80	448.597,70	987.617,20
Fin. Infraest. e Desenv.	0,00	6,20	0,00	1.055,50	0,00
Aquis. Direit. Creditorios	163,30	787,70	6.577,80	30.099,40	71.095,30
Cessao de Op. Credito	(1,60)	(37,20)	(1.401,70)	(2.691,60)	(8.493,10)
Credito em Liquidacao	(45,90)	(293,40)	(1.451,50)	(20.124,50)	(41.717,60)
Operac. Arrendam. Mercantil	271,40	514,10	3.206,90	13.244,10	13.402,40
Outros Creditos	829,70	4.098,90	52.196,40	337.504,20	717.018,10
PERMANENTE	1.494,70	4.947,80	58.383,50	311.358,00	811.510,30
Investimentos	455,90	1.904,00	29.387,30	147.129,70	408.017,40
Imobilizado	984,40	2.798,70	24.908,80	124.669,80	300.576,10
Diferido	30,60	125,00	2.288,70	14.550,20	37.580,90
Out. Valor. e Bens	23,80	120,10	1.798,70	25.008,30	65.335,90
TOTAL DO ATIVO	16.844,20	77.622,30	858.498,70	4.475.909,00	8.998.740,40

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

PASSIVO

Saldo em Cr\$ milhões

DISCRIMINACAO	Saldo em Cr\$ milhões				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS	9.083,90	26.048,10	214.882,20	1.221.501,90	2.775.257,30
Depositos a Vista	1.251,10	3.905,50	20.990,00	295.528,30	584.438,00
Depos.de Governos	8,30	40,60	520,90	5.988,10	8.598,10
Setor Privado	1.242,80	3.864,90	20.469,10	289.538,20	575.839,90
Deposito de Poupanca	6.709,40	19.165,90	125.893,90	298.771,90	831.133,10
Depositos Interfinanceiros	33,90	408,20	21.353,20	143.615,30	320.852,20
Deposito a Prazo	1.089,50	2.568,50	46.445,10	483.588,40	1.038.838,00
OBRIG. P/ OP. COMPROMIS.	3.782,50	29.678,00	448.769,90	670.732,60	1.308.071,60
Tit.Estad.Munic.	0,00	748,30	8.690,20	25.712,60	71.816,30
Demais Titulos	3.782,50	28.929,70	438.079,70	645.020,00	1.236.255,30
REC. AC. CAMB. L.I. L.H. E DEB.	8,90	28,90	1.285,30	21.988,70	39.318,80
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	120,90	7.313,70	28.098,90	420.630,70	427.645,90
RELAÇÕES INTERDEPENDENCIAS	362,10	1.430,70	8.815,70	70.103,10	98.139,80
OBRIG. P/ EMPREST. E REPASSES	798,30	2.998,90	33.227,80	481.908,10	957.851,40
Emprest.no Pais Inst.Ofic.	12,30	270,00	2.099,40	252.082,30	393.108,70
Bacen Assist.Fin.	5,60	11,30	265,40	35.587,80	21.202,90
Obrig.Insuf.Rec.Lei 8024/90	0,00	0,00	0,00	137.816,50	249.278,00
Saldo Credor Res.Compute.	0,00	0,00	0,00	0,00	2,60
Outras Instit.	6,70	258,70	1.834,00	78.578,00	122.827,20
Emprest.no Exterior	432,30	1.825,40	21.383,20	148.423,40	427.140,90
Repasse no Pais Inst.Ofic.	170,30	578,80	7.380,20	52.383,80	123.013,20
BNDES e Finame	170,00	526,00	7.087,30	48.209,50	113.782,50
CEF	0,00	34,20	317,80	1.875,90	3.633,90
Demais	0,30	18,60	(24,90)	2.298,40	5.816,80
Repasse do Exterior	183,40	324,70	2.365,00	9.018,60	14.588,60
OUTRAS OBRIGACOES	755,20	3.824,10	51.481,50	1.229.084,60	2.475.474,70
RESULT. EX. FUTUROS	0,90	3,60	88,10	357,20	1.067,30
PATRIMONIO LIQUIDO	1.713,10	5.758,30	63.170,80	360.874,20	820.578,20
LUCRO/PREJUIZO	218,40	542,00	12.880,50	18.749,90	95.335,60
TOTAL DO PASSIVO	16.844,20	77.622,30	858.499,70	4.475.909,00	8.998.740,60

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

CONTAS DE RESULTADO

Saldos em Cr\$ milhoes

DISCRIMINACAO	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
CONTAS DE RESULTADO CREDORAS	8.688,00	38.508,10	570.862,60	1.178.581,30	4.640.769,80
Recitas Operacionais	7.792,10	38.980,30	550.459,80	982.415,80	3.353.309,70
Rendas Op.Credito	1.662,70	9.191,60	132.914,10	451.930,90	1.791.157,30
Result.de Cambio	271,40	458,90	8.938,90	18.827,70	73.145,00
Recitas Financeiras	5.314,60	23.828,50	375.340,70	326.070,00	1.152.724,20
Prestac.Servicos	27,30	90,40	1.281,50	9.619,20	42.849,40
Renda de Particip.	62,80	174,50	4.799,50	10.672,40	41.583,10
Outr.Rec.Operac.	453,30	3.236,40	27.185,10	185.295,60	251.850,70
Recitas Nao-Operacionais	40,80	74,10	923,70	9.093,30	42.433,50
Resultado de Correc.Monetaria	855,10	1.407,60	19.279,10	26.978,50	184.689,40
Ajuste Prog.Estabiliz.Econ.	0,00	46,10	0,00	160.073,70	1.080.337,20
CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS	8.469,60	37.966,10	557.782,10	1.159.811,40	4.545.434,20
Despesas Operacionais	7.454,10	35.479,90	522.571,30	941.661,80	3.169.127,90
Despesa de Captaçao	6.107,90	31.339,70	462.740,60	580.674,40	2.105.064,60
Desp.Obrig.p/Empr.Repasses	211,70	728,40	11.653,20	78.466,40	170.644,20
Despesas Administrativas	678,30	1.923,50	22.877,90	124.930,50	399.280,40
Despes.Pessoal	384,30	1.152,70	15.017,90	69.777,50	238.569,90
Outras	294,00	770,80	7.860,00	55.153,00	162.710,50
Aprov.e Ajuste Patrimon.	280,70	664,90	11.730,90	55.135,40	184.817,00
Outras Despes.Operac.	175,50	823,40	13.568,70	102.455,10	309.321,70
Despesas Nao-Operacionais	8,20	112,70	1.305,30	3.884,10	12.077,80
Resultado de Correc.Monetaria	890,50	1.993,30	24.263,60	39.996,30	217.622,00
Ajuste Prog.Estabiliz.Econ.	0,00	47,30	0,00	160.961,90	1.079.837,30
Apuracao de Resultado	116,80	332,90	9.641,90	13.307,30	68.789,20
LUCRO/PREJUIZO	218,40	542,00	12.880,50	18.749,90	95.335,60

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

BALANCETE

Principais Grupos

ATIVO

Saldos em Cr\$ milhoes

DISCRIMINACAO	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
RESERVA BANCARIA	775,10	2.958,40	24.315,80	212.091,90	282.572,80
DISPONIVEL	5.810,50	28.432,80	214.071,20	780.582,10	831.452,90
APLICAC. INTERF. LIQUIDEZ	2.556,50	12.224,20	304.561,70	340.997,10	1.014.246,10
RELAC. INTERFIN. E INTERDEP.	1.211,50	11.368,50	47.764,60	1.415.463,60	2.807.527,60
OPERACOES DE CREDITO	4.995,90	19.692,60	209.401,90	1.415.416,30	3.251.430,70
PERMANENTE	1.494,70	4.947,80	58.383,50	311.358,00	811.510,30
TOTAL DO ATIVO	16.844,20	77.622,30	858.498,70	4.475.909,00	8.998.740,40

PASSIVO

Saldos em Cr\$ milhoes

DISCRIMINACAO	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITO A VISTA	1.251,10	3.905,50	20.990,00	295.528,30	584.436,00
DEPOSITO A PRAZO	1.089,50	2.568,50	46.445,10	483.588,40	1.038.836,00
DEPOSITO DE POUPANCA	6.709,40	19.165,90	125.893,90	298.771,90	831.133,10
DEPOSITO INTERFINANCEIRO	33,90	408,20	21.353,20	143.815,30	320.852,20
OBRIG. P/ OP. COMPROMIS.	3.782,50	29.676,00	446.769,90	670.732,60	1.308.071,60
RELAC. INTERFIN. E INTERDEP.	483,00	8.744,40	34.914,60	490.733,80	525.785,70
EMPRESTIM. E REPASSES NO PAIS	182,60	848,80	9.479,60	304.466,10	516.121,90
EMPREST. E REPASSES NO EXTERIOR	615,70	2.150,10	23.748,20	157.442,00	441.729,50
OUTRAS OBRIGACOES	765,00	3.854,60	52.852,90	1.251.408,50	2.515.860,80
PATRIMONIO LIQUIDO	1.931,50	6.300,30	76.051,30	379.624,10	915.913,80
TOTAL DO PASSIVO	16.844,20	77.622,30	858.498,70	4.475.909,00	8.998.740,60

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

DEPOSITOS A VISTA POR NATUREZA DE DEPOSITANTE

DISCRIMINACAO	Saldo em Cr\$ milhoes				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS DE GOVERNOS	8,30	40,70	521,00	5.988,20	8.597,90
Admin.Direta Federal	0,00	0,10	4,70	23,70	36,30
Admin.Indireta Federal	0,00	0,00	1,10	12,30	25,10
Ativ.Empresar.Federal	0,40	3,40	143,90	444,50	1.399,80
Total Federal	0,40	3,50	149,70	480,50	1.461,20
Admin.Direta Estadual	0,30	6,00	40,70	1.156,90	1.067,20
Admin.Indireta Estadual	0,00	0,00	2,40	123,80	351,40
Ativ.Empresar.Estadual	4,80	12,30	215,90	1.308,80	3.062,80
Total Estadual	5,10	18,30	259,00	2.589,50	4.481,40
Admin.Direta Municip.	2,60	17,90	99,50	2.559,90	2.223,50
Admin.Indireta Municip.	0,00	0,00	4,70	242,20	232,20
Ativ.Empresar.Municip.	0,20	1,00	8,10	116,10	199,60
Total Municipal	2,80	18,90	112,30	2.918,20	2.655,30
SETOR PRIVADO	1.242,80	3.864,80	20.469,00	289.538,10	575.838,10
TOTAL DE DEPOSITOS A VISTA	1.251,10	3.905,50	20.990,00	295.526,30	584.436,00

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

**TITULOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS E TOTAL
DO DISPONIVEL E APLICACOES INTERFINANC. DE LIQUIDEZ**

DISCRIMINACAO	Saldo em Cr\$ milhoes				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
TITULOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	0,00	2.276,10	18.766,40	26.751,10	126.084,30
DEMAIS TITULOS E APLICACOES	8.383,40	36.523,30	501.372,20	1.103.620,60	1.720.089,70
TOTAL DO DISPONIVEL, TVM E APL.INTERF.LIQ.	8.383,40	38.799,40	520.138,60	1.130.371,70	1.846.174,00

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

FUNDING DE NATUREZAS OFICIAL/CATIVA/EMERGENCIAL

Saldos em Cr\$ milhões

DISCRIMINACAO	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS A VISTA DE GOVERNOS	8,30	40,60	520,90	5.988,10	8.598,10
OBRIG. COMPROMIS. C/ TIT. ESTAD. MUN.	0,00	748,30	8.690,20	25.712,60	71.818,30
EMPREST. E REPASSES OFICIAIS	177,00	837,50	9.214,20	130.981,80	245.640,40
BACEN-ASSISTENCIA FINANCEIRA	5,60	11,30	265,40	35.587,80	21.202,90
INSUFICIENCIA VOB	0,00	0,00	0,00	137.916,50	249.276,00
SALDO CREDOR EM RES. COMPULS.	0,00	0,00	0,00	0,00	2,80
DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	33,90	408,20	21.353,20	143.815,30	320.852,20
Subtotal	224,80	2.043,90	40.043,90	479.782,10	917.388,50
TOTAL DO PASSIVO	16.844,20	77.822,30	858.498,70	4.475.909,00	8.998.740,80

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

CREDITO A ESTADOS E MUNICIPIOS E
FINANCIAMENTO INDIRETO VIA TITULOS

Saldos em Cr\$ milhões

DISCRIMINACAO	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
SETOR PUBLICO ESTADUAL	36,00	644,40	2.671,60	7.457,10	27.814,10
Admin.Direta	0,00	470,20	1.801,10	4.739,80	22.970,60
Admin.Indireta	0,00	15,70	38,60	87,00	1.189,70
Ativ. Empresar.	36,00	158,50	833,90	2.630,30	3.653,80
SETOR PUBLICO MUNICIPAL	0,00	29,60	93,70	501,10	7.371,90
Admin.Direta	0,00	29,60	91,00	501,10	7.242,60
Admin.Indireta	0,00	0,00	0,60	0,00	129,30
Ativ. Empresar.	0,00	0,00	2,10	0,00	0,00
CARTEIRA DE TIT. ESTAD. MUNIC.	0,00	2.276,10	18.768,40	26.751,10	126.084,30
FINANC. DIRETO E INDIRETO A ESTAD. MUNIC.	36,00	2.950,10	21.531,70	34.709,30	161.270,30
TOTAL DE CREDITO NORMAL	5.106,30	19.626,20	202.331,80	1.411.234,60	3.325.447,00
OBRIG.P/EMP.E REPASSES E OUTRAS OBRIGACOES	1.553,50	6.823,00	84.709,30	1.690.992,70	3.433.326,10
BASE MONETARIA	3.637,00	10.138,00	67.436,00	836.766,00	1.621.271,00
ASSISTENCIA FINANCEIRA JUNTO AO BACEN	5,60	11,30	265,40	35.587,80	21.205,50

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

ATIVOS	Participação Percentual				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DISPONIBILIDADES	0,48%	0,33%	0,47%	0,82%	0,50%
Reservas Livres	0,00%	0,01%	0,12%	0,20%	0,01%
Demais	0,48%	0,32%	0,35%	0,42%	0,50%
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	34,11%	33,90%	24,84%	17,02%	8,74%
Livres	15,71%	7,65%	3,78%	5,68%	2,89%
Tit.Estad.Munic.	0,00%	0,00%	0,00%	0,03%	0,03%
Demais	15,71%	7,65%	3,78%	5,65%	2,86%
Vincul.a Oper.Compromis.	18,31%	26,08%	20,78%	10,93%	5,71%
Tit.Estad.Munic.	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%	0,02%
Demais	18,31%	26,08%	20,77%	10,92%	5,68%
Vincul.ao Bacen	0,10%	0,18%	0,08%	0,41%	0,15%
Res.Compuis.em Titulos	0,10%	0,18%	0,08%	0,00%	0,00%
Tit.Vincul./Assist.Fin.	0,00%	0,00%	0,00%	0,41%	0,14%
Demais	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
APLICACAO INTERFIN. LIQUIDEZ	15,18%	15,75%	35,48%	7,62%	11,27%
Aplic.Op.Compromis.	9,32%	14,31%	32,75%	4,27%	8,50%
Tit.Estad.Munic.	0,00%	2,93%	2,17%	0,56%	1,35%
Demais	9,32%	11,38%	30,58%	3,70%	5,15%
Aplic.em Dep.Interfin.	5,85%	1,38%	2,72%	2,95%	4,77%
Aplic.Volunt.no Bacen	0,00%	0,08%	0,00%	0,40%	0,00%
RELACOES INTERFINANCEIRAS	10,93%	17,54%	7,74%	35,42%	33,58%
Clientes Dep.a Eletuar (VOB)	0,00%	0,00%	0,00%	3,12%	2,80%
Out.Inst.Dep.a Eletuar (VOB)	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,00%
Res.Compuis.em Especie	4,50%	3,63%	2,88%	4,54%	3,13%
Demais	6,43%	13,91%	5,09%	27,71%	27,63%
RELACOES INTERDEPENDENCIAS	0,76%	0,73%	0,48%	0,75%	0,77%
OPERACOES DE CREDITO	29,66%	25,37%	24,39%	31,82%	38,13%
Empréstimos e Til.Descontados	7,55%	5,56%	7,60%	9,38%	12,74%
Financiamentos	1,86%	1,11%	1,34%	1,87%	1,83%
Fin.Rurais e Agroind.	1,86%	2,08%	1,10%	2,53%	2,25%
Fin.Imobiliarios	11,15%	10,09%	7,48%	10,02%	10,98%
Fin.Infraest.e Desenv.	0,00%	0,01%	0,00%	0,02%	0,00%
Aquis.Direit.Creditorias	0,87%	1,01%	0,77%	0,87%	0,79%
Cessao de Op.Credito	-0,01%	-0,05%	-0,18%	-0,08%	-0,08%
Credito em Liquidacao	-0,27%	-0,38%	-0,17%	-0,45%	-0,48%
Operac.Arrendam.Mercantul	1,61%	0,66%	0,37%	0,30%	0,15%
Outros Creditos	4,93%	5,28%	6,08%	7,54%	7,97%
PERMANENTE	8,87%	8,37%	6,80%	6,96%	9,02%
Investimentos	2,71%	2,45%	3,42%	3,29%	4,53%
Imobilizado	5,84%	3,61%	2,90%	2,79%	3,34%
Diferido	0,18%	0,18%	0,27%	0,33%	0,42%
Out.Valor.e Bens	0,14%	0,15%	0,21%	0,56%	0,73%
TOTAL DO ATIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

PASSIVO

DISCRIMINACAO	Participacao Percentual				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS	53,93%	33,56%	25,01%	27,29%	30,84%
Depositos a Vista	7,43%	5,03%	2,44%	6,60%	6,49%
Depos.de Governos	0,05%	0,05%	0,06%	0,13%	0,10%
Setor Privado	7,38%	4,98%	2,38%	6,47%	6,40%
Deposito de Poupanca	39,83%	24,69%	14,68%	6,68%	9,24%
Depositos Interfinanceiros	0,20%	0,53%	2,49%	3,21%	3,57%
Deposito a Prazo	6,47%	3,31%	5,41%	10,80%	11,54%
OBRIG. P/ OP. COMPROMIS.	22,46%	38,23%	52,04%	14,99%	14,54%
Tit.Estad.Munic.	0,00%	0,96%	1,01%	0,57%	0,80%
Demais Titulos	22,46%	37,27%	51,03%	14,41%	13,74%
REC. AC. CAMB. LI. L.H. E DEB.	0,05%	0,03%	0,15%	0,49%	0,44%
RELACOES INTERFINANCEIRAS	0,72%	9,42%	3,04%	9,40%	4,75%
RELACOES INTERDEPENDENCIAS	2,15%	1,84%	1,03%	1,57%	1,09%
OBRIG. P/ EMPREST. E REPASSES	4,74%	3,86%	3,87%	10,32%	10,84%
Emprest.no Pais Inst.Ofic.	0,07%	0,35%	0,24%	5,63%	4,37%
Bacen Assat.Fin.	0,03%	0,01%	0,03%	0,80%	0,24%
Obrig.Insul.Rec.Lei 8024/90	0,00%	0,00%	0,00%	3,08%	2,77%
Saldo Credor Res.Compuls.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Instut.	0,04%	0,33%	0,21%	1,76%	1,36%
Emprest.no Exterior	2,57%	2,35%	2,49%	3,32%	4,75%
Repases no Pais Inst.Ofic.	1,01%	0,75%	0,86%	1,17%	1,37%
BNDES e Finaime	1,01%	0,68%	0,83%	1,08%	1,26%
CEF	0,00%	0,04%	0,04%	0,04%	0,04%
Demais	0,00%	0,02%	0,00%	0,05%	0,06%
Repases do Exterior	1,09%	0,42%	0,28%	0,20%	0,16%
OUTRAS OBRIGACOES	4,48%	4,83%	6,00%	27,46%	27,51%
RESULT. EX. FUTUROS	0,01%	0,00%	0,01%	0,01%	0,01%
PATRIMONIO LIQUIDO	10,17%	7,42%	7,36%	8,06%	9,12%
LUCRO/PREJUZO	1,30%	0,70%	1,50%	0,42%	1,06%
TOTAL DO PASSIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

::

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

CONTAS DE RESULTADO

DISCRIMINACAO	Participacao Percentual				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
CONTAS DE RESULTADO CREDORAS	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Receitas Operacionais	89,69%	96,03%	96,46%	83,36%	72,26%
Rendas Op.Credito	19,14%	23,87%	23,29%	38,35%	38,60%
Result.de Cambio	3,12%	1,19%	1,57%	1,60%	1,58%
Receitas Financeiras	61,17%	61,88%	65,77%	27,67%	24,84%
Prestac.Servicos	0,31%	0,23%	0,22%	0,82%	0,92%
Renda de Particip.	0,72%	0,45%	0,84%	0,91%	0,90%
Outr.Rec.Operac.	5,22%	8,40%	4,76%	14,03%	5,43%
Receitas Nao-Operacionais	0,47%	0,19%	0,16%	0,77%	0,91%
Resultado de Correc.Monetaria	9,84%	3,66%	3,38%	2,29%	3,55%
Ajuste Prog.Estabiliz.Econ.	0,00%	0,12%	0,00%	13,58%	23,28%
CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Despesas Operacionais	88,01%	93,45%	93,69%	81,19%	69,72%
Despesas de Captaçao	72,12%	82,55%	82,96%	50,07%	46,31%
Desp.Obrig.p/Empr.Repases	2,50%	1,92%	2,09%	6,77%	3,75%
Despesas Administrativas	8,01%	5,07%	4,10%	10,77%	8,78%
Despes.Pessoal	4,54%	3,04%	2,89%	6,02%	5,20%
Outras	3,47%	2,03%	1,41%	4,76%	3,58%
Aprovis.e Ajuste Patrimon.	3,31%	1,75%	2,10%	4,75%	4,07%
Outras Despes.Operac.	2,07%	2,17%	2,43%	8,83%	6,81%
Despesas Nao-Operacionais	0,10%	0,30%	0,23%	0,33%	0,27%
Resultado de Correc.Monetaria	10,51%	5,25%	4,35%	3,45%	4,79%
Ajuste Prog.Estabiliz.Econ.	0,00%	0,12%	0,00%	13,88%	23,76%
Apuracao de Resultado	1,38%	0,88%	1,73%	1,15%	1,47%
Despesas de Captaçao/Despesas Operacionais	81,94%	88,33%	88,55%	61,66%	66,42%

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

BALANCETE
Principais Grupamentos

ATIVO	Participação Percentual				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
RESERVA BANCARIA	4,60%	3,81%	2,83%	4,74%	3,14%
DISPONIVEL	34,50%	34,05%	24,94%	17,44%	9,24%
APLICAC. INTERF. LIQUIDEZ	15,18%	15,75%	35,48%	7,62%	11,27%
RELAC. INTERFIN. E INTERDEP.	7,19%	14,84%	5,56%	31,82%	31,20%
OPERACOES DE CREDITO PERMANENTE	29,86%	25,37%	24,30%	31,82%	38,13%
TOTAL DO ATIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

PASSIVO	Participação Percentual				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITO A VISTA	7,43%	5,03%	2,44%	6,60%	6,49%
DEPOSITO A PRAZO	6,47%	3,31%	5,41%	10,80%	11,54%
DEPOSITO DE POUpanCA	39,83%	24,69%	14,66%	6,68%	9,24%
DEPOSITO INTERFINANCEIRO	0,20%	0,53%	2,49%	3,21%	3,57%
OBRIG. P/OP. COMPROMIS.	22,48%	38,23%	52,04%	14,99%	14,54%
RELAC. INTERFIN. E INTERDEP.	2,87%	11,27%	4,07%	10,96%	5,84%
EMPRESTIM. E REPASSES NO PAIS	1,08%	1,09%	1,10%	6,80%	5,74%
EMPREST. E REPASSES NO EXTERIOR	3,68%	2,77%	2,77%	3,52%	4,91%
OUTRAS OBRIGACOES	4,54%	4,97%	6,16%	27,98%	27,96%
PATRIMONIO LIQUIDO	11,47%	8,12%	8,86%	8,48%	10,18%
TOTAL DO PASSIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

DEPOSITOS A VISTA POR NATUREZA DE DEPOSITANTE

DISCRIMINACAO	Participacao Percentual				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS DE GOVERNOS	0,66%	1,04%	2,48%	2,03%	1,47%
Admin.Direta Federal	0,00%	0,00%	0,02%	0,01%	0,01%
Admin.Indireta Federal	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%
Ativ. Empresar. Federal	0,03%	0,09%	0,69%	0,15%	0,24%
Total Federal	0,03%	0,09%	0,71%	0,16%	0,25%
Admin.Direta Estadual	0,02%	0,15%	0,19%	0,39%	0,18%
Admin.Indireta Estadual	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	0,06%
Ativ. Empresar. Estadual	0,38%	0,31%	1,03%	0,44%	0,52%
Total Estadual	0,41%	0,47%	1,23%	0,88%	0,77%
Admin.Direta Municip.	0,21%	0,46%	0,47%	0,87%	0,38%
Admin.Indireta Municip.	0,00%	0,00%	0,02%	0,08%	0,04%
Ativ. Empresar. Municip.	0,02%	0,03%	0,04%	0,04%	0,03%
Total Municipal	0,22%	0,48%	0,54%	0,99%	0,45%
SETOR PRIVADO	99,34%	98,96%	97,52%	97,97%	98,53%
TOTAL DE DEPOSITOS A VISTA	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

PARTICIPACAO DE TITULOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO TOTAL DO DISPONIVEL E APLICACOES INTERFINANC. DE LIQUIDEZ

DISCRIMINACAO	Participacao Percentual				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
TITULOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	0,00%	5,87%	3,81%	2,37%	6,83%
DEMAIS TITULOS E APLICACOES	100,00%	94,13%	96,39%	97,63%	93,17%
TOTAL DO DISPONIVEL, TVM E APL.INTERF.LIQ.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

FUNDING DE NATUREZAS OFICIAL/CATIVA/EMERGENCIAL

DISCRIMINACAO	Participacao Percentual				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS A VISTA DE GOVERNOS	0,05%	0,05%	0,08%	0,13%	0,10%
OBRIG. COMPROMIS. C/ TIT. ESTAD. MUN.	0,00%	0,96%	1,01%	0,57%	0,80%
EMPREST. E REPASSES OFICIAIS	1,05%	1,08%	1,07%	2,93%	2,73%
BACEN-ASSISTENCIA FINANCEIRA	0,03%	0,01%	0,03%	0,80%	0,24%
INSUFICIENCIA VOB	0,00%	0,00%	0,00%	3,08%	2,77%
SALDO CREDOR EM RES. COMPULS.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	0,20%	0,53%	2,40%	3,21%	3,57%
Subtotal	1,33%	2,63%	4,68%	10,72%	10,19%
TOTAL DO PASSIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

**CREDITO A ESTADOS E MUNICIPIOS E
FINANCIAMENTO INDIRETO VIA TITULOS**

DISCRIMINACAO	Participacao Percentual				
	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
SETOR PUBLICO ESTADUAL	0,71%	3,28%	1,32%	0,53%	0,84%
Admin. Direta	0,00%	2,40%	0,89%	0,34%	0,69%
Admin. Indireta	0,00%	0,08%	0,02%	0,01%	0,04%
Ativ. Empresar.	0,71%	0,81%	0,41%	0,19%	0,11%
SETOR PUBLICO MUNICIPAL	0,00%	0,15%	0,05%	0,04%	0,22%
Admin. Direta	0,00%	0,15%	0,04%	0,04%	0,22%
Admin. Indireta	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ativ. Empresar.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CARTEIRA DE TIT. ESTAD. MUNIC.	0,00%	11,60%	9,28%	1,90%	3,79%
FINANC. DIRETO E INDIRETO A ESTAD. MUNIC.	0,71%	15,03%	10,64%	2,48%	4,85%
TOTAL DE CREDITO NORMAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
OBRIG. P/EMPREST. E REPASSES E OUTRAS OBRIGAC PATRIMONIO LIQUIDO	80,43%	108,30%	111,38%	445,44%	374,85%
PASSIVO TOTAL/PATRIMONIO LIQUIDO	872,08%	1232,04%	1128,84%	1179,04%	982,49%
ASSISTENC. FINANC. JUNTO AO BACEN/BASE MONET	0,15%	0,11%	0,39%	4,25%	1,31%

Fonte: BACEN

ANEXO II

BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

ATIVO

Saldos em Cr\$ milhoes

DISCRIMINACAO	Saldos em Cr\$ milhoes					
	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DISPONIBILIDADES	23,70	53,20	114,90	908,30	9.752,80	19.073,30
Reservas livres	11,00	20,40	9,30	192,20	812,40	749,10
Demais	12,70	32,80	105,60	716,10	8.940,40	18.324,20
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	235,90	1.304,40	4.103,50	29.438,70	140.350,80	270.225,10
Livres	88,20	705,00	1.743,30	12.583,70	87.475,30	130.189,50
Tit.Estad.Munic.	17,70	78,00	246,20	1.518,10	11.338,80	15.987,70
Demais	70,50	627,00	1.497,10	11.065,60	56.139,30	114.221,80
Vincul.a Oper.Compromis.	139,40	586,50	2.344,10	15.859,60	61.002,30	89.708,60
Tit.Estad.Munic.	11,20	84,90	180,90	2.092,60	9.013,20	23.580,90
Demais	128,20	501,60	2.163,20	13.767,00	51.989,10	46.125,10
Vincul.ao Bacen	8,30	12,90	16,10	993,40	11.873,20	70.329,80
Res.Compu. em Titulos	0,10	0,60	6,30	21,80	5,00	0,00
Tit.Vincul./Assist.Fin.	0,00	0,00	0,00	0,00	10.797,10	67.243,40
Demais	8,20	12,30	9,80	971,60	1.071,10	3.086,20
APLICACAO INTERFIN. LIQUIDEZ	288,70	1.190,70	3.143,20	43.731,50	121.320,70	361.901,00
Aplic.Op.Compromis.	266,60	1.060,40	3.035,40	40.571,40	91.197,40	211.475,30
Tit.Estad.Munic.	121,70	348,20	1.134,70	18.868,10	60.909,80	175.491,70
Demais	144,90	712,20	1.900,70	21.703,30	30.287,60	35.983,60
Aplic.em Dep.Interfin.	22,10	130,30	107,80	3.160,10	26.809,90	128.015,40
Aplic.Volunt.no Bacen	0,00	0,00	0,00	0,00	3.313,40	24.410,30
RELACOES INTERFINANCEIRAS	284,40	472,70	2.707,70	6.245,50	627.323,00	896.574,70
Clientes Dep.a Eletuar (VOB)	0,00	0,00	0,00	0,00	132.673,40	90.826,80
Out.Inst.Dep.a Eletuar (VOB)	0,00	0,00	0,00	0,00	43.778,40	70.111,00
Res.Compu. em Especie	63,50	254,20	754,10	3.687,60	142.951,80	121.879,70
Demais	220,90	218,50	1.953,60	2.557,90	307.919,40	613.757,20
RELACOES INTERDEPENDENCIAS	97,90	174,40	1.521,40	5.361,40	53.652,40	85.118,80
OPERACOES DE CREDITO	2.585,50	9.031,50	23.148,00	162.279,30	1.205.867,70	2.573.221,80
Emprestimos e Tit.Descontados	520,00	1.737,60	3.811,30	31.022,80	200.949,60	625.107,90
Financiamentos	1.819,90	5.952,20	15.257,00	69.481,70	357.477,00	632.710,00
Fin.Rurais e Agroind.	85,70	294,20	756,70	4.569,10	46.557,30	104.150,10
Fin.Imobiliarios	70,60	258,90	1.236,70	9.595,10	184.960,10	382.314,20
Fin.Infraest. e Desenv.	0,00	0,00	0,00	30.371,20	294.446,70	598.937,10
Aquis.Direit.Creditorios	0,50	41,60	156,50	2.818,00	20.238,40	49.610,90
Cessao de Op.Credito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(613,70)
Credito em Liquidacao	(7,90)	(42,20)	(150,80)	(659,40)	(14.203,30)	(25.735,00)
Operac.Arrendam.Mercantil	0,00	0,00	0,00	0,00	346,00	259,40
Outros Creditos	276,70	789,20	2.080,60	15.082,80	115.096,90	207.180,90
PERMANENTE	248,70	996,70	2.506,40	19.804,40	110.216,70	272.138,80
Investimentos	125,30	534,70	1.311,80	10.555,00	56.460,50	130.403,10
Imobilizado	105,50	387,00	985,70	7.611,40	43.448,30	115.105,70
Diferido	10,70	51,80	148,10	1.144,90	6.364,80	17.263,10
Out.Valor.e Bene	7,20	23,20	62,80	493,10	3.943,10	9.366,90
TOTAL DO ATIVO	3.744,80	13.223,80	37.245,10	267.767,10	2.288.484,10	4.459.668,50

BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

PASSIVO

Saldo em Cr\$ milhoes

DISCRIMINACAO	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS	698,70	2.561,00	6.244,50	47.208,30	419.525,70	1.249.848,60
Depositos a Vista	349,50	1.235,10	2.500,20	17.008,50	210.279,30	409.963,40
Depos. de Governos	129,00	501,70	1.067,30	9.276,50	83.495,90	163.770,30
Setor Privado	220,50	733,40	1.432,90	7.732,00	126.783,40	246.193,10
Deposito de Poupanca	0,00	0,00	559,90	3.781,40	87.412,80	244.022,40
Depositos Interfinanceiros	61,70	335,90	668,60	4.921,90	13.195,80	72.750,10
Deposito a Prazo	287,50	890,00	2.515,80	21.496,50	108.637,80	523.110,70
OBRIG.P/OP.COMPRMIS.	276,80	1.148,50	4.578,30	44.383,40	120.173,10	193.915,20
Tit.Estad.Munic.	48,00	242,70	767,50	12.252,00	49.014,30	101.277,80
Demais Titulos	228,80	905,80	3.810,80	32.131,40	71.158,80	92.637,40
REC.AC.CAMB.L.I. L.H. E DEB.	0,00	0,00	1,40	25,70	289,70	5.611,20
RELACOES INTERFINANCEIRAS	226,90	123,30	1.941,30	1.880,10	55.833,00	21.471,50
RELACOES INTERDEPENDENCIAS	79,80	173,10	1.505,10	4.691,40	59.403,10	52.044,60
OBRIG.P/EMPREST. E REPASSES	1.845,70	7.005,40	17.062,70	115.768,30	899.987,90	1.630.128,20
Emprest.no Pais Inst.Ofic.	62,10	249,70	232,40	3.166,90	197.575,30	209.832,10
Bacen Assiat.Fin.	55,90	236,10	195,40	1.333,70	21.954,10	96.636,20
Obrig.Inauf.Rec.Lei 8024/90	0,00	0,00	0,00	0,00	132.127,60	90.828,80
Saldo Credor Res.Computa.	0,00	0,00	0,00	0,00	31.168,20	0,00
Outras Inst.	6,20	13,60	37,00	1.833,20	12.325,40	22.369,10
Emprest.no Exterior	85,40	356,20	617,10	4.813,40	31.609,40	91.019,10
Repassees no Pais Inst.Ofic.	1.572,90	6.019,70	15.615,60	104.096,60	655.575,30	1.293.249,40
BNDES e Finaem	188,70	690,50	1.080,90	8.949,50	49.810,50	103.392,20
CEF	1.270,20	4.978,60	13.718,30	89.821,30	537.625,10	1.177.710,50
Demais	116,00	350,60	816,40	5.325,80	68.339,70	12.146,70
Repassees do Exterior	125,30	379,80	597,60	3.691,40	15.227,90	38.027,60
OUTRAS OBRIGACOES	339,90	1.265,80	3.089,90	28.091,40	563.239,80	962.137,90
RESULT.EX.FUTUROS	1,10	3,60	6,10	36,30	204,40	552,50
PATRIMONIO LIQUIDO	184,30	672,20	2.384,40	18.082,00	156.005,80	323.700,70
LUCRO/PREJUIZO	111,60	270,70	451,40	7.600,20	(6.177,50)	20.260,80
TOTAL DO PASSIVO	3.744,80	13.223,60	37.245,10	287.767,10	2.268.485,00	4.459.669,20

::

BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

CONTAS DE RESULTADO

Saldo em Cr\$ milhoes

DISCRIMINACAO	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
CONTAS DE RESULTADO CREDORAS	2.123,30	9.387,20	19.007,80	219.723,80	701.819,40	2.508.728,70
Receitas Operacionais	1.922,90	8.458,70	17.576,60	202.579,90	616.713,10	2.054.362,10
Receitas Op.Credito	1.505,30	6.389,30	12.692,80	131.028,70	468.509,60	1.461.984,10
Result.de Cambio	19,80	65,60	91,60	841,20	3.069,50	14.648,60
Receitas Financeiras	287,40	1.527,10	3.894,20	59.811,80	83.819,20	375.118,60
Prestac.Servicos	14,80	58,30	79,80	778,60	5.918,80	17.963,80
Renda de Particip.	12,20	73,00	180,50	2.207,40	8.479,10	17.476,40
Outr.Rec.Operac.	83,40	345,40	637,70	7.912,20	46.916,90	167.170,60
Receitas Nao-Operacionais	22,40	34,90	66,10	401,70	3.978,10	15.972,70
Resultado de Correc.Monetaria	178,00	873,60	1.255,70	16.742,20	21.478,80	121.075,30
Ajuste Prog.Estabiliz.Econ.	0,00	0,00	109,40	0,00	59.649,40	317.318,60
CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS	2.011,70	9.096,50	18.556,40	212.123,60	707.996,90	2.488.467,90
Despesas Operacionais	1.856,30	8.217,20	16.969,70	188.492,60	615.810,00	1.996.014,60
Despesas de Captacao	408,10	1.767,90	4.245,60	61.937,50	143.677,00	620.002,60
Desp.Obrig.p/Empr.Repassees	1.149,70	5.049,90	9.957,00	96.708,60	310.751,70	796.816,40
Despesas Administrativas	171,60	888,80	1.859,60	18.813,80	92.388,70	352.675,10
Despes.Pessoal	135,30	716,40	1.447,90	16.124,60	68.021,80	286.723,00
Outras	36,30	172,40	411,70	2.689,20	24.366,90	65.952,10
Aprovis.e Ajuste Patrimon.	59,70	169,50	345,00	4.381,90	21.373,60	93.033,80
Outras Despes.Operac.	68,20	321,10	562,50	6.850,80	47.619,00	133.486,70
Despesas Nao-Operacionais	14,30	87,20	81,70	153,20	672,60	2.518,60
Resultado de Correc.Monetaria	138,80	661,90	1.251,40	17.533,50	26.896,70	149.219,30
Ajuste Prog.Estabiliz.Econ.	0,00	0,00	105,40	0,00	59.187,00	316.475,80
Apuracao de Resultado	2,30	130,20	148,20	5.944,30	5.430,60	24.239,60

BALANCETE
Principais Grupamentos

ATIVO

Saldo em Cr\$ milhoes

DISCRIMINACAO	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
RESERVA BANCARIA	74,60	275,20	769,70	3.901,60	143.769,20	122.628,80
DISPONIVEL	248,50	1.336,60	4.202,80	30.131,00	149.286,20	288.549,30
APLICAC.INTERF.LIQUIDEZ	288,70	1.190,70	3.143,20	43.731,50	121.320,70	361.901,00
RELAC.INTERFIN.E INTERDEP.	318,80	392,90	3.475,00	7.919,30	538.023,60	840.528,80
OPERACOES DE CREDITO	2.565,50	9.031,50	23.148,00	162.279,30	1.205.867,70	2.573.921,80
PERMANENTE	248,70	996,70	2.506,40	19.804,40	110.216,70	272.138,80
TOTAL DO ATIVO	3.744,80	13.223,60	37.245,10	267.767,10	2.268.484,10	4.459.668,50

PASSIVO

Saldo em Cr\$ milhoes

DISCRIMINACAO	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITO A VISTA	349,50	1.235,10	2.500,20	17.008,50	210.279,30	409.963,40
DEPOSITO A PRAZO	287,50	990,00	2.515,80	21.496,50	108.637,80	523.110,70
DEPOSITO DE POUPANCA	0,00	0,00	559,90	3.781,40	87.412,80	244.022,40
DEPOSITO INTERFINANCEIRO	61,70	335,90	668,60	4.921,90	13.195,80	72.750,10
OBRIG.P/OP.COMPRMIS.	276,80	1.148,50	4.578,30	44.383,40	120.173,10	193.915,20
RELAC.INTERFIN. E INTERDEP.	306,70	296,40	3.446,40	6.571,50	115.236,10	73.516,10
EMPRESTIM. E REPASSES NO PAIS	1.635,00	6.269,40	15.848,00	107.263,50	853.150,60	1.503.081,50
EMPREST. E REPASSES NO EXTERIOR	210,70	738,00	1.214,70	8.504,80	46.837,30	127.046,70
OUTRAS OBRIGACOES	341,00	1.269,40	3.097,40	28.153,40	563.733,90	968.301,60
PATRIMONIO LIQUIDO	275,90	942,90	2.815,80	25.682,20	149.828,30	343.961,50
TOTAL DO PASSIVO	3.744,80	13.223,60	37.245,10	267.767,10	2.268.485,00	4.459.669,20

BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

DEPOSITOS A VISTA POR NATUREZA DE DEPOSITANTE

DISCRIMINACAO	Saldo em Cr\$ milhoes					
	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS DE GOVERNOS	128,90	501,70	1.067,20	9.278,30	83.496,00	163.770,20
Admin.Direta Federal	1,10	1,30	2,00	2,90	25,10	43,40
Admin.Indireta Federal	0,00	0,00	0,00	7,20	731,20	178,00
Ativ.Empresar.Federal	2,60	16,50	22,80	201,70	925,60	3.197,00
Total Federal	3,70	17,80	24,80	211,80	1.681,90	3.418,40
Admin.Direta Estadual	87,40	313,20	561,10	5.620,20	37.151,60	88.564,00
Admin.Indireta Estadual	0,00	0,00	0,00	386,90	9.367,80	13.747,50
Ativ.Empresar.Estadual	12,40	51,90	118,50	635,20	5.774,10	11.070,30
Total Estadual	99,80	365,10	679,60	6.642,30	52.293,50	113.381,80
Admin.Direta Municip.	23,20	114,40	354,30	2.320,00	28.310,10	43.814,50
Admin.Indireta Municip.	0,00	0,00	0,00	53,30	711,50	1.913,80
Ativ.Empresar.Municip.	2,20	4,40	8,50	48,90	499,00	1.241,70
Total Municipal	25,40	118,80	362,80	2.422,20	29.520,60	46.970,00
SETOR PRIVADO	220,60	733,40	1.433,00	7.732,20	126.783,30	246.193,20
TOTAL DE DEPOSITOS A VISTA	349,50	1.235,10	2.500,20	17.008,50	210.279,30	409.963,40

BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

TITULOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS E TOTAL DO DISPONIVEL E APLICACOES INTERFINANC. DE LIQUIDEZ

DISCRIMINACAO	Saldo em Cr\$ milhoes					
	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
TITULOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	150,60	511,10	1.561,80	22.478,80	81.259,00	215.040,30
DEMAIS TITULOS E APLICACOES	397,70	2.037,20	5.799,80	51.597,70	190.165,30	436.159,10
TOTAL DO DISPONIVEL, TVT E APL. INTERF. LIQ.	548,30	2.548,30	7.361,60	74.076,50	271.424,30	651.199,40

BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

FUNDING DE NATUREZAS OFICIAL/CATIVA/EMERGENCIAL

DISCRIMINACAO	Saldo em Cr\$ milhoes					
	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS A VISTA DE GOVERNOS	129,00	501,70	1.067,30	9.278,50	83.495,90	163.770,30
OBRIG.COMPRMIS.C/TIT. ESTAD.MUN.	48,00	242,70	767,50	12.252,00	49.014,30	101.277,80
EMPREST. E REPASSES OFICIAIS	1.579,10	6.033,30	15.652,60	105.929,80	667.900,70	1.315.618,50
BACEN-ASSISTENCIA FINANCEIRA	65,90	236,10	195,40	1.333,70	21.954,10	96.636,20
INSUFICIENCIA VOB	0,00	0,00	0,00	0,00	132.127,60	90.826,80
SALDO CREDOR EM RES.COMPULS.	0,00	0,00	0,00	0,00	31.168,20	0,00
DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	61,70	335,90	668,60	4.921,90	13.195,80	72.750,10
Subtotal	1.873,70	7.349,70	18.351,40	133.713,90	998.856,60	1.840.879,70
TOTAL DO PASSIVO	3.744,80	13.223,80	37.245,10	267.767,10	2.268.485,00	4.459.669,20

BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

**TITULOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS E TOTAL
DO DISPONIVEL E APLICACOES INTERFINANC. DE LIQUIDEZ**

DISCRIMINACAO	Participacao Percentual					
	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
TITULOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	27,47%	20,06%	21,22%	30,35%	29,94%	33,02%
DEMAIS TITULOS E APLICACOES	72,53%	79,94%	78,78%	69,65%	70,06%	66,98%
TOTAL DO DISPONIVEL TVT E APL. INTERF. LIQ.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

FUNDING DE NATUREZAS OFICIAL/CATIVA/EMERGENCIAL

DISCRIMINACAO	Participacao Percentual					
	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS A VISTA DE GOVERNOS	3,44%	3,79%	2,87%	3,48%	3,68%	3,67%
OBRIG. COMPROMIS. C/TIT. ESTAD. MUN.	1,28%	1,84%	2,06%	4,58%	2,16%	2,27%
EMPREST. E REPASSES OFICIAIS	42,17%	45,63%	42,03%	39,56%	29,44%	29,50%
BACEN-ASSISTENCIA FINANCEIRA	1,49%	1,79%	0,52%	0,50%	0,87%	2,17%
INSUFICIENCIA VOB	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,82%	2,04%
SALDO CREDOR EM RES. COMPULS.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,37%	0,00%
DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	1,65%	2,54%	1,80%	1,84%	0,58%	1,63%
Subtotal	50,03%	55,58%	49,27%	49,94%	44,03%	41,28%
TOTAL DO PASSIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

::

BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

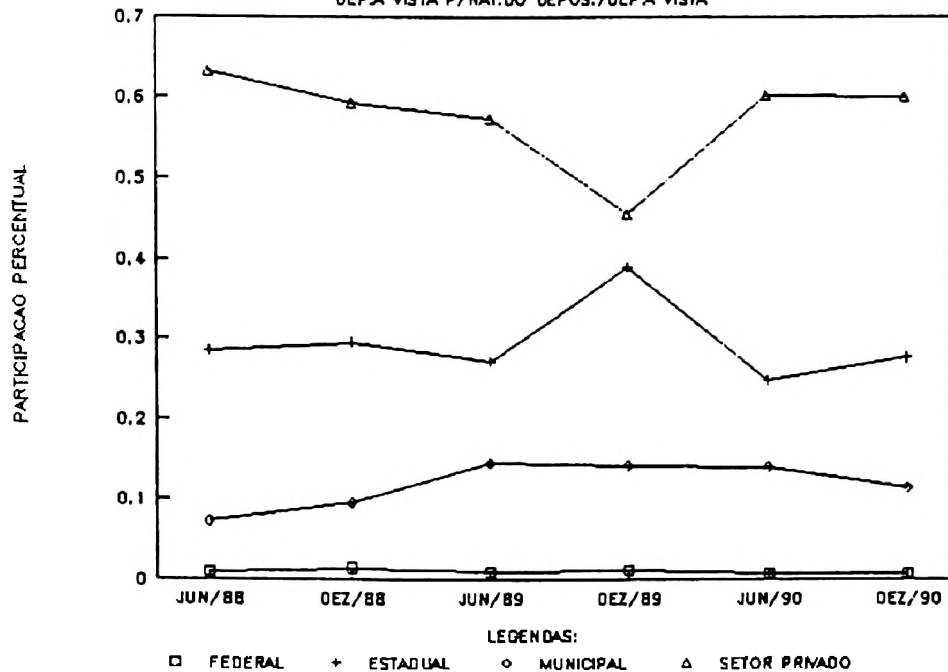
**CREDITO A ESTADOS E MUNICIPIOS E
FINANCIAMENTO INDIRETO VIA TITULOS**

DISCRIMINACAO	Participacao Percentual					
	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
SETOR PUBLICO ESTADUAL	65,04%	69,76%	70,65%	69,13%	60,05%	62,43%
Admin. Direta	24,85%	23,88%	24,44%	28,10%	24,70%	29,48%
Admin. Indireta	8,12%	11,63%	12,17%	11,21%	9,53%	8,18%
Ativ. Empreesar.	32,06%	34,28%	34,04%	29,82%	25,82%	24,77%
SETOR PUBLICO MUNICIPAL	8,59%	9,01%	9,40%	8,76%	7,67%	8,89%
Admin. Direta	4,54%	4,58%	4,85%	8,30%	7,30%	6,54%
Admin. Indireta	3,64%	3,92%	4,17%	0,12%	0,12%	0,14%
Ativ. Empreesar.	0,41%	0,50%	0,37%	0,34%	0,25%	0,21%
CARTEIRA DE TIT. ESTAD. MUNICI.	6,79%	6,18%	7,47%	15,21%	7,63%	8,96%
FINANC. DIRETO E INDIRETO A ESTAD. MUNIC.	80,41%	84,95%	87,52%	93,10%	75,35%	78,29%
TOTAL DE CREDITO NORMAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: BACEN

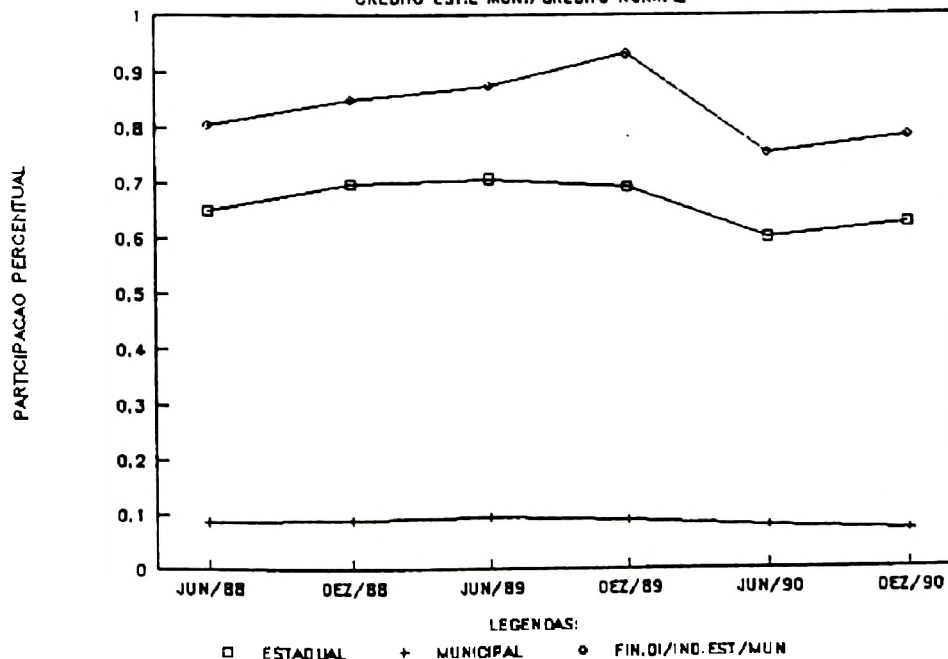
BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

DEP.A VISTA P/NAT.DO DEPOS./DEP A VISTA



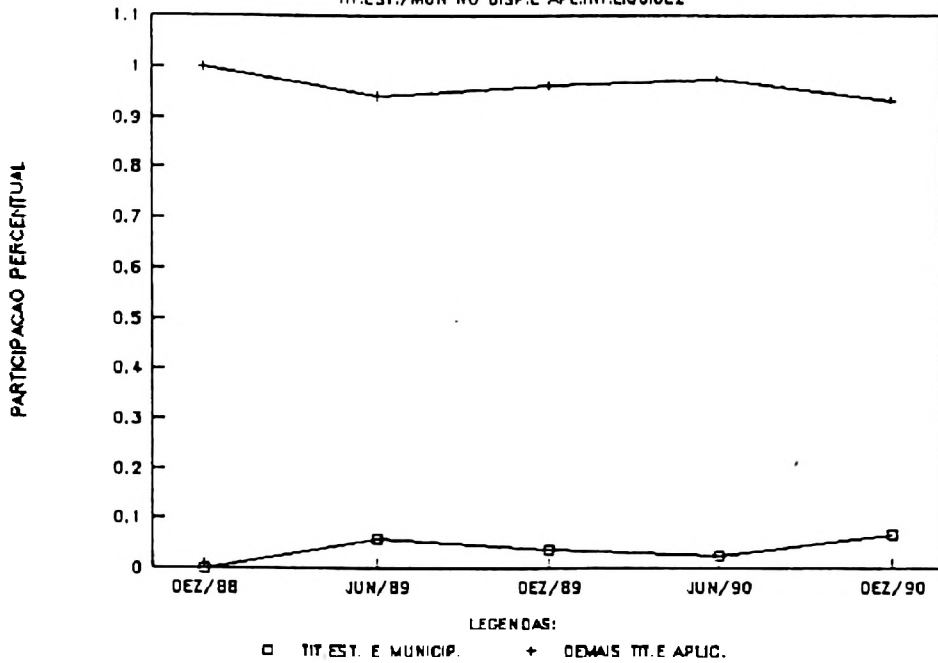
BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

CREDITO EST.E MUN./CREDITO NORMAL



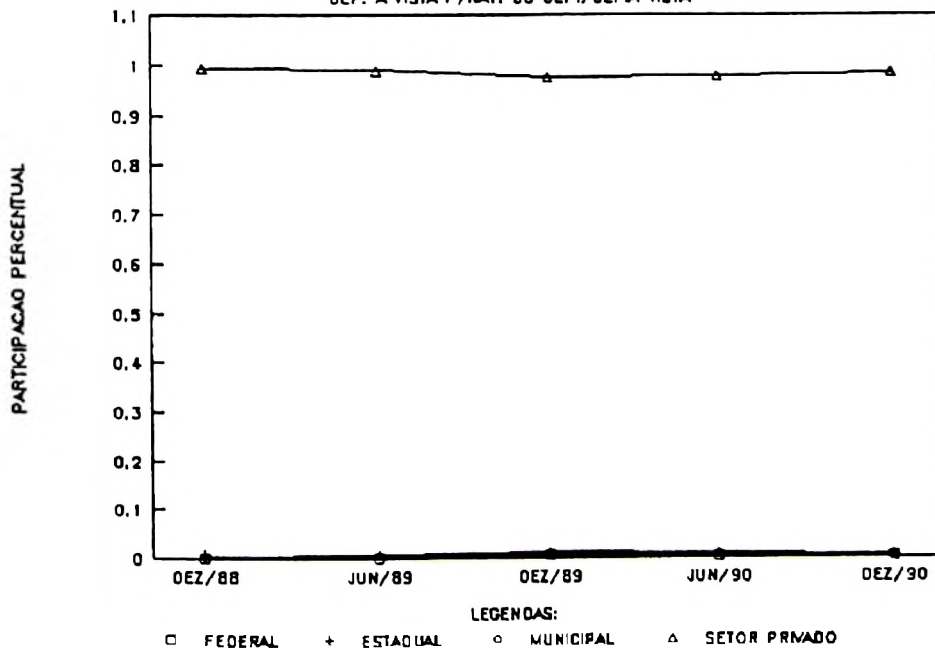
BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

TIT. EST./MUN NO DISP. E APL. INT. LIQUIDEZ



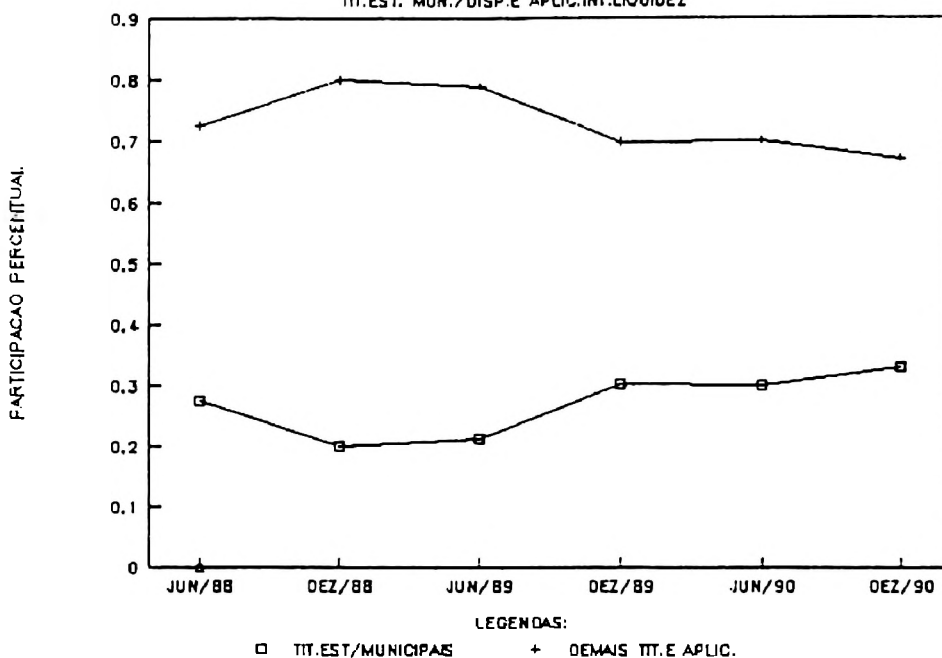
BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

DEP. A VISTA P/NAT. DO DEP./DEP. A VISTA



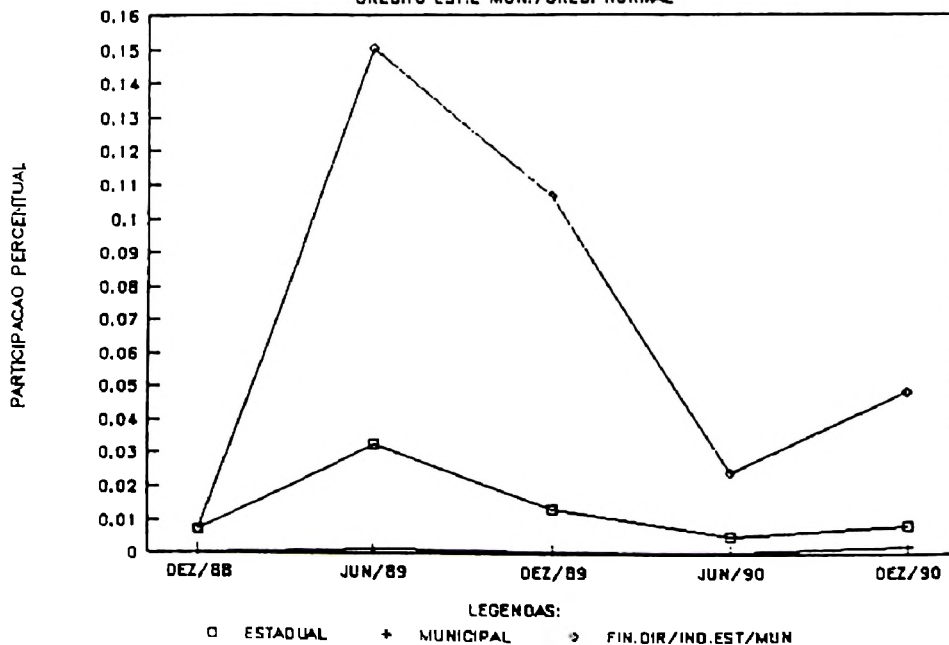
BANCOS MULTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

TIT. EST. MUN. / DISP. E APLIC. INT. LIQUIDEZ



BANCOS MULTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

CREDITO EST. E MUN. / CRED. NORMAL



PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)
1991/1992

TEXTO PARA DISCUSSÃO - TD

- Nº 209 - "A Mulher Cônjuge no Mercado de Trabalho como Estratégia de Geração de Renda Familiar", Guilherme Luis Sedlacek e Eleonora Cruz Santos, fevereiro 1991, 22 p.
- Nº 210 - "Índices Ponderados de Agregados Monetário para o Brasil", José W. Rossi e Maria da Conceição Silva, março 1991, 21 p.
- Nº 211 - "Interpretando Variações nos Índices de Theil", Lauro Ramos, março 1991, 11 p.
- Nº 212 - "O Custo Financeiro Real da Dívida Mobiliária Federal: Mensurações Diretas", Maria Conceição Silva, abril 1991, 41 p.
- Nº 213 - "Desigualdade de Renda e Crescimento Econômico no Brasil: 1976/85", Lauro Ramos, abril 1991, 13 p.
- Nº 214 - "Vantagens Comparativas Reveladas. Custo Relativo de Fatores e Intensidade de Recursos Naturais: Resultados para o Brasil", Marcelo J. B. Nonnenberg, abril 1991, 32 p.
- Nº 215 - "Perspectivas Econômicas do Desflorescimento da Amazônia", Eustáquio José Reis e Sérgio Margulis, maio 1991, 50 p.
- Nº 216 - "Fontes Exógenas de Aceleração Inflacionária no Brasil entre 1980 e 1985", Elcyon Caiado R. Lima, maio 1991, 31 p.
- Nº 217 - "Modelo Multissetorial de Consistência", Ajax R. Bello Moreira, maio 1991, 41 p.
- Nº 218 - "Desafios Modernos para a Educação Básica", Pedro Demo, junho 1991, 15 p.
- Nº 219 - "Educação, Desigualdade de Renda e Ciclo Econômico no Brasil", Lauro Ramos, julho 1991, 26 p. (em processo de edição)
- Nº 220 - "Análise das Transformações no Uso de Insumos Modernos na Agricultura Brasileira", Ismael Carlos de Oliveira, agosto de 1991, 40 p.
- Nº 221 - "Condiionalidades do Crescimento da Pecuária Bovina de Corte nos Anos 80", José Arnaldo F. Gonçalves de Oliveira, agosto de 1991, 24p.
- Nº 222 - "O Processo de Regulamentação da Assistência Social: Avanços e Retrocessos", Eni Maria Monteiro Barbosa, agosto de 1991, 12p.
- Nº 223 - "A Geografia do Professor Leigo: Situação Atual e Perspectivas", Angela Maria Rabelo F. Barreto, agosto 1991, 16 p.
- Nº 224 - "Indexação ou Desindexação de Salários? Mito X Realidade", Marcelo Piancastelli, agosto 1991, 12 p.
- Nº 225 - "Reordenamento Urbano pelo Transporte", José Alex Sant' Anna, agosto 1991, 12 p.
- Nº 226 - "Modernização Gerencial - A Ante-Sala do Financiamento do Transporte Urbano", Iêda Maria de Oliveira Lima, agosto 1991, 45 p.
- Nº 227 - "O Desempenho do Governo Brasileiro e do Banco Mundial com Relação à Questão Ambiental do Programa Polonordeste", Sérgio Margulis, agosto 1991, 64 p.
- Nº 228 - "Employment Structure in Brazil and its Sensitivity to the Current Economic Policy", Lauro Ramos e Ricardo Paes de Barros, agosto 1991, 32 p.
- Nº 229 - "Recursos para a Agricultura e a Orientação dos Gastos Públicos", José Garcia Gasquez e Carlos M. Villa Verde, agosto 1991, 27 p.
- Nº 230 - "Privatização no Brasil: Passado, Planos e Perspectivas", Armando Castelar Pinheiro e Luiz Chrysóstomo de Oliveira Filho, agosto, 1991, 48 p.
- Nº 231 - "Recursos Naturais e Contabilidade Social: A Renda Sustentável da Extração Mineral no Brasil", Ronaldo Sarôa da Motta e Carlos Eduardo Frickman Young, agosto 1991, 19 p.
- Nº 232 - "Liberalização da Economia e Governabilidade", Hamilton Nonato Marques, setembro, 1991, 100 p. (em processo de edição).
- Nº 233 - "Atuação do Governo Federal no Transporte Urbano - Porque é Necessária", Iêda Maria de Oliveira Lima, Lúcia Mainari Pananello e Rosiclé Batista de Arruda, setembro 1991, 14p.
- Nº 234 - "Gestão da Qualidade Total nas Escolas: Um Novo Modelo Gerencial para a Educação", Antonio Carlos da R. Xavier, setembro 1991, 15 p.
- INº 235 - "O Financiamento da Educação em Período de Crise - Pontos para Discussão", Antonio Carlos da R. Xavier, setembro 1991, 16 p.
- INº 236 - "Liberalização da Economia e Governabilidade", Hamilton Nonato Marques, (em processo de edição).
- INº 237 - "Gestão da Qualidade no Setor Público", José Parente Filho, novembro 1991, 17 p.
- INº 238 - "Critérios para Geração de Indicadores de Qualidade e Produtividade no Serviço Público", Luiz Fernando Tironi, Luiz Carlos Eichenberg Silva, Solon Magalhães Vianna e André César Médici, outubro 1991, 15 p.
- INº 239 - "Plano de Transporte: um mecanismo de avaliação", Iêda Maria de Oliveira Lima, dezembro 1991, 11 p.
- INº 240 - "Um Modelo Macroeconômico para o nível de atividade: previsão e projeções condicionais", Ajax Reynaldo Bello Moreira, Elcyon Caiado Rocha Lima e Hélio dos Santos Migon, dezembro 1991, 23 p.
- INº 241 - "Qualidade, Eficiência e Equidade no Ensino de 1ª grau: Elementos para Reflexão e Debate", Antonio Augusto de Almeida Neto e José Parente Filho (em processo de edição).
- INº 242 - "Modelo de Fluxo Escolar: Indicadores de Eficiência e Produtividade no Processo de Ensino", João Lopes de Albuquerque Montenegro, novembro 1991, 18 p.
- INº 243 - "Despesas Governamentais com Educação: 1986-1990", Antonio Emílio Sendim Marques, dezembro 1991, 21 p.

RELATÓRIO INTERNO - RJ

Nota: Esta série, Relatório Interno, mudou a numeração a partir da reestruturação editorial começando do número 01, em cada Coordenação, a saber

Coordenação de Política Agrícola - CPA

- Nº 02/91 - "Mercados Agrícolas, Instabilidade e Condições para uma Regulação Económica", Guilherme Costa Delgado, janeiro 1991, 11 p.
Nº 03/91 - "A Reformulação do PROAGO e a Implantação do Seguro Agrícola", Benedito Rosa do Espírito Santo e José Arnaldo F.G de Oliveira, junho de 1991, 4 p.
Nº 04/91 - "Comportamento Recente do Comércio Exterior Agrícola", Christine Viveka Guimarães, setembro 1991, 3p. + anexos.

Coordenação de Política Macroeconômica - CPM

- Nº 06/91 - "Nota sobre as Contas Públicas no 1º Semestre de 1991", Paulo Furtado de Castro, agosto 1991, 6p.
Nº 07/91 - "Setor Produtivo Privado: indicadores econômico-financeiros", Paulo Zolhof, novembro 1991, 3 p.

Coordenação de Difusão Técnica e Informações - CDTI

- Nº 02/91 - "Forecasting with Trading Day Variation, a Seasonal Common Factor, and Variance Change", Carlos Henrique Motta Coelho e Moysés Tenenblat, janeiro 1991, 4 p.
Nº 03/91 - "As Importações Brasileiras no Primeiro Bimestre de 1991", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, janeiro 1991, 2 p.
Nº 04/91 - "A Estimativa da Receita de DMAs pelo Modelo Função Transferência", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, fevereiro 1991, 2 p.
Nº 05/91 - "Notas sobre Salários, a Indexação e a Livre Negociação", Luiz Zottmann, abril, 1991, 5p.
Nº 06/91 - "A Hiperinflação, o Plano Collor e a Modelagem", Luiz Zottmann, abril, 1991, 2 p. (+ anexos).
Nº 07/91 - "Indicadores e Antecedentes para as Exportações e Importações Totais Brasileiras", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, maio 1991, 11 p.
Nº 08/91 - "Três Simulações para as Exportações, Importações e Saldo Comercial em 1991", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, junho 1991, 1 p.
Nº 09/91 - "Um Modelo para o Acompanhamento de um Plano de Governo", Fábio Ribeiro de Abreu e Mauricio Soares Buganin, junho, 1991, 7 p.
Nº 10/91 - "Exportações, Importações e Saldo da Balança Comercial: Atualização das Pressões para o 2º Semestre de 1991", Mary de Melo Souza (CPM) e Moyses Tenenblat (CDTI), 1991, 1p.
Nº 11/91 - "Indicadores Contemporâneos no Índice de Produção Industrial - Indústria Geral (IPIG)/IBGE", Carlos Henrique Motta Coelho e Moyses Tenenblat, agosto 1991, 3p.
Nº 12/91 - "A Produção Industrial em 1991," Carlos Henrique Motta Coelho e Moysés Tenenblat, agosto 1991, 1p.
Nº 13/91 - "O Saldo da Balança Comercial em 1991: Atualização das Previsões para o período agosto-dezembro", Moysés Tenenblat e Mary de Melo Souza, agosto 1991, 2p.
Nº 14/91 - "O Saldo da Balança Comercial em 1991 e Primeiro Trimestre de 1992", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, dezembro 1991, 1 p.
Nº 01/92 - "O Saldo da Balança Comercial: simulação preliminar para o ano de 1992 - um sinalizador para a política econômica", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, janeiro 1992, 1p.

Coordenação de Política Social - CPS

- Nº 01/91 - "Informações Demográficas: O que tem, o que se usa e como se usa?", Ana Amélia Camarano, janeiro, 1991, 5 p.
Nº 02/91 - "Dinâmica Demográfica por Nível de Renda", Ana Amélia Camarano (IPEA) e Kaizô Beltrão (IBGE), março, 1991, 8 p.
Nº 03/91 - "Aposentadoria por Tempo de Serviço: Onde a Esperança de Vida é Menos Importante", Ana Amélia Camarano e Kaizô Beltrão, maio 1991, 4 p.
Nº 04/91 - "O Governo Federal e os 18% do Orçamento para a Educação", José Amaral Sobrinho, junho 1991, 1 p.
Nº 05/91 - "Migrações Internas", Brancolina Ferreira e Marganda M.S. Oliveira, agosto 1991, 4p.
Nº 06/91 - "Boletim do Mercado de Trabalho em 1990", Ana Maria de Resende Chagas, agosto 1991, 14p.

Coordenação Regional do Rio de Janeiro - CRRJ

- Nº 01/91 - "Medidas de Desigualdade", Lauro Ramos e Ricardo Paes de Barros, março 1991, 39 p.
Nº 02/91 - "Segmentação no Mercado de Trabalho. A Carteira de Trabalho na Construção Civil", Ricardo Paes de Barros, José Guilherme Almeida Reis e José Santos Rodrigues, março 1991, 24 p.
Nº 03/91 - "Metodologia para Geração de Indicadores de Produtividade no Âmbito do PBQP", Magdalena Lizardo Espinal e Armando Castelar, março 1991, 12 p.
Nº 04/91 - "Uma Proposta Metodológica para Estimativas de Contas Ambientais no Brasil", Ronaldo Serôa da Motta, abril 1991, 34 p.
Nº 05/91 - "O Papel da Cor na Inserção do Menor no Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro," Ricardo Paes de Barros e Eleonora Cruz Santos, julho 1991, 31 p.
Nº 06/91 - "Conseqüências do Longo Prazo no Trabalho Precoc", Ricardo Paes de Barros e Eleonora Cruz Santos, julho 1991, 15 p.

Nº 07/91 - "Aspectos da Participação dos Menores no Mercado de Trabalho - Brasil 1988", Ricardo Paes de Barros e Eleonora Cruz Santos, julho 1991, 31 p.

Coodenação de Política Industrial, Tecnologia e Infraestrutura - CPTI

Nº 01/91 - "Metodologia e Cálculo de Indicadores de Mudanças Estruturais no Setor Industrial", Roberto de Mello Ramos, agosto 1991, 4p.

CADERNO DE ECONOMIA - CE

Nº 01/91 - "Ciclo Económico e Força de Trabalho no Brasil Urbano: 1978/1987", dezembro 1990, 190 p. + apêndice.

Nº 02/91 - "Biotecnologia: Situação Atual e Perspectivas. Resultados Preliminares", Anna Luiza Ozono de Almeida (coordenadora), dezembro de 1990, 211 p.

Nº 03/91 - "Produtividade, Custo do Trabalho e Parcela Salarial nos Ciclos Recentes (1976/1985)", Edward J. Amadeo e Pedro Valls Pereira, dezembro 1990, 84 p.

Nº 04/91 - "IMF Stabilization Plans in Brazil", Gesner Oliveira, abril de 1991, 20 p.

Nº 05/91 - "Debêntures Conversíveis - Preços de Conversão e seus Reflexos a Acionistas e Debenturistas", Walter Bulatti, junho 1991, 175 p.

DOCUMENTO DE POLÍTICA - DP

Nº 02/91 - "O Sistema Financeiro Pós-Brasil Novo: Uma Agenda de Reformas", Carlos Von Doellingner, janeiro 1991, 12 p.

Nº 03/91 - "O Financiamento da Descentralização dos Serviços de Saúde", Solon Magalhães Vianna (responsável), abril 1991, 24 p. (+ anexos).

Nº 04/91 - "Eficiência e Eficácia em Políticas Sociais", Luciana Jaccoud (organizadora), maio 1991, 22 p.

Nº 05/91 - "Apreciação Crítica da Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional", José Romeu de Vasconcelos, outubro 1991, 9 p.

Nº 06/91 - "A Política de Saúde no Brasil", André César Médici e Francisco E. B. Oliveira, dezembro 1991, 22p.

Nº 07/92 - "Análise Económico - Financeira dos Bancos Estaduais", José Romeu de Vasconcelos e Roberto Shoji Ogasavara, 1992, 19p. + anexos.

DOCUMENTO AVULSO - DA

Nº 01 - "O Movimento da Produtividade no Japão", textos selecionados por Dorothea Wemeck, abril 1991, 46 p.

Nº 02 - "Estimativas Anuais de População (1980-2010) Regiões Brasileiras Versus Situações de Domicílio", Ana Amélia Camarano (responsável), maio de 1991, 55 p.

Nota: Série extinta, incorporada à atual série TD.

QUADRO IV

FUNDING DE NATUREZA OFICIAL/CATIVA/EMERGENCIAL DOS BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS ESTADUAIS

DISCRIMINACAO	JUN/88	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS A VISTA DE GOVERNOS	3,44%	3,79%	2,87%	3,46%	3,68%	3,67%
OBRIG.COMPRMIS.C/TIT.ESTAD.MUN.	1,28%	1,84%	2,06%	4,58%	2,16%	2,27%
EMPREST. E REPASSES OFICIAIS	42,17%	45,63%	42,03%	39,56%	29,44%	29,50%
BACEN-ASSISTENCIA FINANCEIRA	1,49%	1,79%	0,52%	0,50%	0,97%	2,17%
INSUFICIENCIA VOB	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,82%	2,04%
SALDO CREDOR EM RES.COMPULS.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,37%	0,00%
DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	1,65%	2,54%	1,80%	1,84%	0,58%	1,53%
Subtotal	50,03%	55,58%	49,27%	49,94%	44,03%	41,28%
TOTAL DO PASSIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: BACEN

QUADRO V

FUNDING DE NATUREZA OFICIAL/CATIVA/EMERGENCIAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PASSIVO DOS BANCOS MÚLTIPLOS PRIVADOS NACIONAIS

DISCRIMINACAO	DEZ/88	JUN/89	DEZ/89	JUN/90	DEZ/90
DEPOSITOS A VISTA DE GOVERNOS	0,05%	0,05%	0,06%	0,13%	0,10%
OBRIG. COMPROMIS. C/ TIT. ESTAD. MUN.	0,00%	0,96%	1,01%	0,57%	0,80%
EMPREST. E REPASSES OFICIAIS	1,05%	1,08%	1,07%	2,93%	2,73%
BACEN-ASSISTENCIA FINANCEIRA	0,03%	0,01%	0,03%	0,80%	0,24%
INSUFICIENCIA VOB	0,00%	0,00%	0,00%	3,08%	2,77%
SALDO CREDOR EM RES. COMPULS.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	0,20%	0,53%	2,49%	3,21%	3,57%
Subtotal	1,33%	2,63%	4,66%	10,72%	10,19%
TOTAL DO PASSIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: BACEN

